

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Amanda de Abreu Gularte

**A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES À LUZ DA LEI Nº
12.244/2010 E A SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS**

Porto Alegre
2017

Amanda de Abreu Gularte

**A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES À LUZ DA LEI Nº
12.244/2010 E A SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro

Porto Alegre
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Prof^a. Dr^a. Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dr^a. Karla Maria Müller.

Vice-diretora: Prof. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Jeniffer Alves Cuty

Chefe substituta: Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof.^a. Dr^a. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenador substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Júnior

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G971u

GULARTE, Amanda de Abreu

A universalização das bibliotecas escolares à luz da lei 12.244/10 e a sua implantação no município de Ivoti-RS/ Amanda de Abreu Gularte – 2017

92 f.

Orientadora: Eliane Lourdes da Silva Moro

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, RS, 2017.

1. Biblioteca Escolar 2. Sistemas de bibliotecas I. Moro, Eliane Lourdes da Silva II. Universidade Federal do Rio grande do Sul III. Título

Amanda de Abreu Gularte

**A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES À LUZ DA LEI Nº
12.244/2010 E A SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS**

Monografia apresentada como exigência
parcial para obtenção de título de
Bacharel em Biblioteconomia da
Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes
da Silva Moro

Examinado em: _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
(Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Lizandra Brasil Estabel
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, não apenas neste trabalho, mas ao longo do curso, a Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro. Muito obrigada pela paciência na construção deste trabalho e, principalmente, muito obrigada pelas palavras de incentivo quando passei por um momento muito difícil na metade da graduação.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Rita do Carmo Laipelt, de quem fui monitora por três semestres, e que sem essa ajuda não teria sido possível seguir me dedicando ao Curso.

Agradeço à minha primeira “chefe” bibliotecária, Carla da Cruz Nunes, que me ensinou muito nesse primeiro contato com a prática da Biblioteconomia, e com quem tive longas conversas sobre os rumos da faculdade, e que é uma pessoa com uma energia maravilhosa que está sempre pronta para ajudar.

Agradeço à minha bibliotecária orientadora do estágio obrigatório, e hoje minha nova “chefinha”, Maria do Carmo Mitchell Neis, que não só me orientou nesse momento confuso que é o estágio obrigatório e o final da faculdade, mas também me levou com ela para o desafio na Biblioteca Pública de Ivoti, além de ter ajudado tantas vezes na construção deste TCC.

Agradeço à minha vó Ivone que, tantas vezes precisou de paciência com essa neta que visitou ela cada vez menos quanto mais apertava o curso, mas que sempre apoiou com todo seu amor e carinho.

Agradeço à minha irmã Vitória, por todo sempre apoiar e incentivar essa Mãena que se esforça para dar os melhores conselhos e exemplos, mas que no fim é quem se surpreende com essa mulher maravilhosa tu está te tornando.

Agradeço à irmã que a vida deu Bruna, que tantas vezes ouviu os desabafos e as indignações, e com ela nós sempre transformávamos tudo em risadas.

Agradeço à minha mãe Lisiane, que sempre foi um exemplo de mulher independente e corajosa, e muitas vezes, mesmo sem saber, me inspirou a tomar decisões que me fizeram chegar até aqui.

Agradeço ao meu amor Jeferson, que me incentivou a fazer o vestibular, e foi um dos motivadores na escolha do curso. Obrigada por ter segurado as pontas quando

pedi demissão do emprego público para me dedicar inteiramente à faculdade. É difícil mensurar todo apoio que me deu ao longo desses anos.

Devo lembrar também, da Baby, que não está mais aqui, do Lemmy e da Pinty, que foram os melhores relaxantes de stress, e as coisinhas mais fofas de apertar, e estavam sempre prontos pra ronronar quando eu precisava.

Todos vocês foram muito importantes nesta caminhada, e são muito importantes na minha vida, amo vocês!

“O conhecimento é uma arma, Jon. Arme-se bem antes de partir para a batalha.”

George R. R. Martin, O Festim dos Corvos.

RESUMO

Apresenta pesquisa que verificou o processo de gerenciamento das bibliotecas escolares do município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, em relação ao cumprimento da Lei Nº 12.244/2010. Esquematiza identificando os gestores da rede de bibliotecas escolares do Município de Ivoti. Avalia se a rede municipal de bibliotecas atende à legislação em vigor parcial ou totalmente. Sugere a criação de um sistema municipal de bibliotecas com gestão de qualidade. A metodologia empregada foi de natureza básica. Caracteriza-se com o objetivo de ser exploratória, com a estrutura de estudo de caso e os dados colhidos se realizam através de entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi efetuada com base nas respostas dos sujeitos e análise documental obtidos junto à Prefeitura de Ivoti. Os resultados da pesquisa vieram a partir de um cotejo entre as fontes consultadas no referencial teórico e a análise das entrevistas, acerca dos objetivos da pesquisa. Finaliza respondendo ao problema de pesquisa e sugerindo a criação de um sistema de bibliotecas escolares para o município de Ivoti-RS.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Sistema de bibliotecas. Lei Nº 12.244/2010.

ABSTRACT

It presents a research that verified the process of management of school libraries in the city of Ivoti, in Rio Grande do Sul, regarding the compliance with the Law No. 12244/2010. It outlines identifying the network managers of school libraries in Ivoti. It evaluates whether the municipal library network complies with the legislation in force, partially or completely. It suggests the creation of a municipal library system with quality management. The methodology used was of a basic nature. It is characterized with the objective of being exploratory, with the case study structure and the data collected are performed through a semi-structured interview. The data analysis was performed based on subjects' responses and documentary analysis obtained from Ivoti City Hall. The survey results came from a comparison between the sources consulted in the theoretical reference and the analysis of the interviews, about the goal of the research. It concludes by responding to the research problem and suggesting the creation of a system of school libraries for the city of Ivoti-RS.

Key Words: School library. Libraries systems. Law nº 12.244/2010.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Ivoti	43
Tabela 1 - Acervo das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal.....	44
Figura 2 - Localização das EMEF Rurais	45
Figura 3 - Localização das EMEF e EMEI Urbanas	46
Figura 4 - Organograma SEMEC	48
Quadro 1 - Identificação dos sujeitos da pesquisa	49

LISTA DE SIGLAS

ARB - Associação Riograndense de Bibliotecários

CD - Centro de Documentação

CF - Constituição Federal

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

CLBE - Centro do Livro e Bibliotecas Escolares

CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia

DE - Delegacias de Ensino

DP - Diretoria Pedagógica

FABICO - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PL - Projeto de Lei

PNBE - Programa Nacional da Biblioteca Escolar

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

QPE - Quadro de Pessoal por Escola

SEBE - Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares

SEC - Secretaria Estadual de Educação e Cultura

UFRGS - Universidade Federal do Rio grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	BIBLIOTECA ESCOLAR.....	16
2.1	A Leitura no Espaço das Bibliotecas Escolares	18
2.2	A Pesquisa no Espaço das Bibliotecas Escolares	21
3	BIBLIOTECAS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.....	24
4	BIBLIOTECAS ESCOLARES E A TRAJETÓRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	28
5	UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	32
6	PROJETO MOBILIZADOR: BIBLIOTECA ESCOLAR CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO PARA O ENSINO PÚBLICO.....	34
7	DO PROJETO MOBILIZADOR À LEI Nº 12.244/2010	35
8	METODOLOGIA.....	39
9	CONTEXTO DO ESTUDO.....	43
10	SUJEITOS DA PESQUISA	47
11	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	50
11.1	Entrevista com a Secretária Municipal de Educação e Cultura	50
11.2	Entrevista com as Diretoras de Escolas Municipais	54
11.3	Entrevista com a Bibliotecária	63
12	RESULTADOS DO ESTUDO	81
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A - ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	91
	APÊNDICE B - ENTREVISTA COM AS DIREÇÕES DE ESCOLAS MUNICIPAIS.....	92
	APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A BIBLIOTECÁRIA	93
	APÊNDICE D – SUGESTÃO DE ALTERAÇÕES NO ORGANOGRAMA DA SEMEC	94
	APÊNDICE E – SUGESTÃO DE ORGANOGRAMA DE PESSOAL PARA O DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS	95

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma ciência social por sua natureza. Esta preocupação que pauta seus trabalhos se reflete em diversas tipologias de bibliotecas, mas em especial nas comunitárias e públicas. Entretanto, não podemos deixar de mencionar o poder transformador e inspirador das bibliotecas escolares.

Atualmente este poder é muito mais potencial do que efetivo pois, a realidade das bibliotecas escolares, em sua maioria, é de esquecimento e abandono. Esta potencialidade de transformação deve-se ao fato de que, se corretamente trabalhada, está associada ao estudante em sua rotina, instigando o aluno na leitura, na aprendizagem e na promoção do conhecimento e da cultura. Afinal, não são todos estudantes que possuem a oportunidade de frequentar outras bibliotecas, como a escolar está vinculada a algo que eles precisam comparecer diariamente, é através dela que ensino, pesquisa e cultura podem se tornar parte da rotina destes jovens.

Infelizmente a biblioteca escolar, como tem sido tratada ao longo do tempo, não se caracteriza como um local de acolhimento e prazer aos estudantes. Quando são designados profissionais em desvio de função, ou a biblioteca se torna um lugar de temor e castigo, estamos afastando os alunos da biblioteca e esvaziando o espaço de aprendizagem. Além disso, muitas escolas não possuem biblioteca, outras tantas não contam com profissional bibliotecário e com acervo condizente com os currículos das escolas e, ainda existem aquelas onde a biblioteca permanece como se fosse um templo que não pode ser acessado por “qualquer um”.

Além destes fatores internos às escolas e bibliotecas, podemos salientar outro inimigo das bibliotecas escolares, o descaso do poder público em relação a esta instituição. Ao longo dos anos os governantes têm passado por seus mandatos fechando bibliotecas sob o pretexto de não gerar lucro, este é um erro gigantesco pois bibliotecas são instituições sem fins lucrativos, o retorno que elas trazem não é financeiro e sim social. São análises rasas que levam políticos a subestimarem o poder das bibliotecas e coloca-las em lugar de abandono na sociedade ou, talvez, seja por perceberem o poder de transformação social desta instituição que tentem fazer com

que menos pessoas tenham acesso a ela, para que menos instruídas continuem exigindo cada vez menos de seus representantes políticos.

Devido a todos estes problemas e por perceber a importância educacional e social da biblioteca escolar, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) gerou um documento, o Projeto Mobilizador: Biblioteca Escolar construção de uma rede de informação para o Ensino Público, após levantar discussão política em torno do tema, foi promulgada a Lei Federal Nº 12.244 de 10 de maio de 2010, que trata da necessidade da existência de bibliotecas escolares em instituições de ensino, públicas e privadas, do acervo necessário, e da presença do profissional bibliotecário. Dessa maneira foi dado, às instituições, prazo até o ano de 2020 para se adequarem às exigências da legislação em vigor.

A razão da referida Lei existir é bastante clara, a realidade das instituições de ensino no Brasil é que ainda existem escolas sem bibliotecas, bibliotecas sem acervo condizente e organizado, e sem profissionais Bibliotecários, que tem sua profissão regulamentada e exigida na Lei Nº 4.084/1962. Portanto, este ato normativo justifica sua existência. Há, ainda, na legislação, uma nova figura surgindo nas bibliotecas, a do profissional Técnico em Biblioteconomia, na legislação pois a profissão já existe desde há muito mais tempo, tendo aparecido pela primeira vez em um dispositivo legal em 1998, porém apenas em janeiro de 2018 que a Lei Nº 13.601/18 chancela sua efetiva atividade, este profissional atua sob a supervisão de um Bibliotecário, prestando-lhe apoio nas tarefas de organização, classificação, contação de histórias, preservação e conservação do acervo, entre outras. Entretanto, infelizmente, pela regulamentação da atuação deste profissional, sua atuação ainda não é contemplada pela na Lei Nº 12.244/10.

A Lei de Universalização das Bibliotecas obriga todas as instituições escolares a terem suas bibliotecas, mas é nas instituições públicas que vemos a maior necessidade dessa implementação, pois cerca de 74% das escolas públicas municipais do país não possuem biblioteca de acordo com o portal QEDU, que traz indicadores sobre a educação nacional.

Ainda observando os indicadores da educação nacional percebeu-se que o município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, possuía, em 2016, 85% de suas escolas

públicas municipais com bibliotecas, um número bem superior à média nacional. Além de um desempenho acima da média na Prova Brasil, onde atingiu 76% dos alunos da rede municipal com desempenho satisfatório em língua portuguesa, contra 51% se observarmos a média nacional.

Devido ao bom desempenho do município na área da educação, a busca por melhorias e a atual implementação da rede de bibliotecas do município emergiu o problema de pesquisa do presente trabalho: Como se realiza o processo de gerenciamento das bibliotecas escolares do município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, em relação ao cumprimento da Lei Nº 12.244/2010?

Para alcançar as respostas de tal problema foi delineado como objetivo geral verificar o processo de gerenciamento das bibliotecas escolares do município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, em relação ao cumprimento da referida Lei. Os passos tomados até alcançar o objetivo geral são listados como objetivos específicos, sendo eles: identificar os gestores da rede de bibliotecas escolares do Município de Ivoti; avaliar se a rede municipal de bibliotecas atende à legislação em vigor parcial ou totalmente; sugerir a criação de um sistema municipal de bibliotecas.

O estudo apresenta como base o referencial teórico descrito a seguir em que se busca definir em três seções a instituição da biblioteca escolar, a universalização das bibliotecas escolares através da Lei Nº 12.244/2010 e a figura do profissional bibliotecário. Após o referencial é apresentada a metodologia utilizada no trabalho, demonstrando a tipologia da pesquisa, os instrumentos de coleta e a análise dos dados.

O resultado desta pesquisa justifica sua importância por trazer a maneira como a administração pública está lidando com as bibliotecas escolares frente à nova legislação, além de contribuir como sugestão de criação de um Sistema de Bibliotecas Escolares do Município de Ivoti.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR

Não podemos começar esta pesquisa sem antes conceituar as bibliotecas escolares. De acordo com Vergueiro (1993, p.19) a biblioteca escolar é um local destinado a respeitar as práticas pedagógicas da instituição. Além disso, para Durban Roca (2012, p.23) a biblioteca escolar é importante para a realização dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da leitura.

A biblioteca escolar faz parte da construção e do processo da aprendizagem escolar, além de fomentar leitores e propiciar um espaço para pesquisa. O Manifesto UNESCO sobre bibliotecas escolares traz que:

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (UNESCO, 2000).

A principal função da escola é a aprendizagem da leitura, quando falamos em leitura não falamos apenas do simples processo de unir fonemas e montar palavras, mas de construir sentido, seja na leitura de sinais gráficos, de imagens, de sons, de situações. É este “saber ler” que nos humaniza, que nos torna seres reflexivos acerca de nós mesmos e da sociedade como todo.

Nesse sentido o papel da Biblioteca escolar é incentivar a leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do texto, não como algo estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados e informações interessantes. (SANTANA FILHO, 2005).

Quando se trata da educação em sua concepção moderna, de ao invés de decorar informações fazer com que o aluno aprenda a aprender e, assim, ele mesmo possa buscar seus conhecimentos, coloca a biblioteca escolar em um papel muito importante na rotina das escolas, onde instiga a pesquisa e o conhecimento proporcionando aos alunos informações para que possam criar seus próprios saberes.

A biblioteca escolar é um caso à parte, e, se compara a biblioteca universitária, talvez fosse uma biblioteca especializada em fornecer o material bibliográfico necessário e exigido por professores para atender às necessidades informacionais dos alunos daquela unidade. Ela deve funcionar como complemento das atividades de classe, e ser responsável por parte importante na formação dos alunos, ou seja, no hábito de ler das crianças que estão iniciando sua vida intelectual. (VIEIRA, 2014, p. 25).

Infelizmente as bibliotecas, principalmente a escolar, por muitos são tidas como o coletivo de livros, pensamento que despreza todo o trabalho necessário para se organizar uma coleção e, parafraseando Ranganathan, deixar este organismo em crescimento saudável para os usuários.

Devido a este desprezo pela importância das políticas, por alguns administradores ainda terem um pensamento antiquado em relação aos métodos de aprendizagem e à própria biblioteca, por considerar a biblioteca escolar um depósito de livros, ou um local apenas de guarda dos livros didáticos, é que se tem ignorado este importante recurso de auxílio da aprendizagem.

A biblioteca escolar é um recurso facilitador de processos de aprendizagem. Nesse sentido, relaciona-se e vincula-se com a implementação das novas tecnologias nas escolas. As duas realidades se posicionam no sistema escolar como meios de ensino. (DURBAN ROCA, 2012, p. 24).

Esta independência do aluno somente se dará através da formação do seu pensamento crítico, e é através da pesquisa, refletindo sobre a realidade que ele irá desenvolver esta habilidade. É necessário reconhecer o verdadeiro papel da biblioteca escolar, para entender sua importância social.

A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 21-22).

Além do desenvolvimento da leitura e da pesquisa, também é papel fundamental da biblioteca escolar o desenvolvimento da cultura, proporcionando um ambiente saudável para que ocorra o diálogo intercultural e a diversidade cultural

Os espaços das bibliotecas agem como dispositivos produtores de sentidos. Esses dispositivos incluem elementos como as intervenções, as técnicas, os suportes, as práticas, as linguagens, como também questões que envolvem o patrimônio histórico e cultural, a memória local, as identidades culturais, o multiculturalismo, as necessidades culturais e artísticas. Nessa ordem cultural, os acervos, os públicos, as práticas e as missões, cobrem de complexidades as áreas da mediação cultural. (RASTELI; CALDAS, 2017)

Podemos reunir aqui, dois pilares que sustentam a biblioteca escolar, são eles: formação de leitores e a promoção da pesquisa escolar. Assim sendo podemos também inferir que a biblioteca escolar é peça chave não apenas na formação do aluno, mas também do cidadão.

2.1 A Leitura no Espaço das Bibliotecas Escolares

Como já citado anteriormente a leitura vai além da decodificação de sinais gráficos, a leitura é peça fundamental para a interpretação do mundo.

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 1989, p. 12)

Podemos entender que a leitura não é um processo estático, não é um ato isolado. O leitor se comunica com o texto ou com qualquer que seja o emissor da informação, e desta comunicação surge o aprendizado. As novas correntes da educação já entendem que o aluno precisa mais do que ser bombardeado com informações, ele precisa aprender a aprender. Aprender como utilizar as informações que são passadas e inferir criticamente delas, construindo seu conhecimento.

A biblioteca escolar pode ser uma importante parceira do professor neste processo de iniciação da leitura, de apresentação das crianças a este novo modo de pensar e agir criticamente

Assim, entende-se que a reflexão do professor acerca do significado da leitura no processo de ensino e de aprendizagem, bem como da melhor maneira de incentivá-la junto aos seus alunos, constitui-se em condição primeira para o estabelecimento e o alcance dos objetivos pretendidos para a prática pedagógica (NEVES, 2011, p. 18).

Desta forma a leitura se destaca como fundamental para o ensino e a aprendizagem modernos. O aluno que lê atingindo os três estágios da leitura, absorve e produz conhecimento, estes estágios passam pela constatação, cotejo e transformação do material lido.

A constatação desvela os significados pretendidos e indicados pelo autor do texto. O cotejo caracteriza o momento em que o leitor passa a reagir questionar, problematizar e posicionar-se ante as ideias do autor. A transformação, resultado desse posicionamento, irá permitir ao leitor destacar e refletir sobre novos aspectos, novas alternativas de ação. (NEVES, 2011, p. 23).

Entretanto nenhum de nós lerá da mesma forma, nenhum de nós é uma folha em branco, os alunos trazem suas vivências de casa, sua cultura local, e cabe a escola e principalmente à biblioteca expandir estes horizontes. A leitura do mundo é modificada conforme o tamanho deste “mundo” é aumentado para a criança. “A leitura é realizada a partir do acervo de conhecimentos de cada pessoa. Cada leitura, dessa forma, é individual, diferente de outra leitura, pois não pode prescindir dos referenciais de quem a realiza.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2011, p. 35).

Na biblioteca escolar o aluno passa a ter acesso a diferentes realidades, conhecer sociedades diferentes da em que vive, diversidades de gênero, raça, credos. Essa pluralidade dá à criança subsídio para iniciar a montagem de sua personalidade crítica, pois é este poder de crítica que a fará produzir seu próprio conhecimento.

Desta forma, a leitura constitui-se no meio mais efetivo que o estudante dispõe para assumir uma postura crítica em relação à realidade em que se situa, tendo como contraponto as diferentes realidades que lhe são apresentadas como resultado da diversidade de ideias ou de informações que lhe são disponibilizadas. (NEVES, 2011, p. 20).

A importância da biblioteca escolar em relação à leitura vai muito além do incentivo à leitura propriamente dito. Pois quando o aluno possui esse aparato de diversidades culturais, toda leitura passa a ser instigadora, todo texto lhe proporciona um diálogo diferente. Por isso cabe à biblioteca escolar promover a cultura de todos os

tipos. “O espaço da biblioteca permite trabalhos de ação cultural, não com base unicamente na leitura do texto escrito, mas também na interação com outras linguagens.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2011, p. 36).

O que pretendemos discutir aqui é que a leitura não apenas serve para corrigir a gramática e a ortografia do aluno. A leitura, com um entendimento amplo, pode promover transformações, inclusive sociais. A leitura não serve apenas ao professor de português, mas serve ao aprendizado como um todo. Por este motivo o bibliotecário da biblioteca escolar, ou da rede como acontece muitas vezes, deve explicar aos professores a real importância da biblioteca escolar.

Uma forte conscientização deve irrigar a mente de todos os tipos de profissionais e mentores que cuidam da educação básica. Ações devem ser providas no sentido de que levem crianças e jovens à obtenção de orientação adequada no momento da iniciação à leitura. Desde cedo, é preciso que aprendam a repensar o que leem, a interpretar e discutir em grupo, de modo mais crítico e imaginativo. (MACEDO, 2011, p. 51).

A biblioteca escolar vai muito além da hora do conto e da troca de livros semanais, a biblioteca escolar pode melhorar o aprendizado de toda a escola, pode promover não o hábito de ler, mas sim o gosto e a compreensão que se encontra em dialogar com o texto lido.

Se tudo isso, de fato, recai na escola modelar, muito pode contribuir a biblioteca bem organizada e apoiada por bibliotecários que cultivem a imaginação. Principalmente no que se refere aos seus projetos culturais e de intenção cidadã, incluindo, por certo, contribuições do SRI. (MACEDO, 2011, p. 53).

Infelizmente, muito se lê sobre a falta de integração do bibliotecário com o corpo docente da escola, talvez este seja o momento de os profissionais bibliotecários deixarem um pouco a parte técnica tão revisada na Faculdade, partirem para a parte gerencial da profissão, participando das reuniões de professores e expondo seus projetos em relação à leitura e à escola, propondo uma integração entre biblioteca, sala de aula, comunidade escolar. A gestão, neste momento de comunhão de profissões, é essencial, pois os professores são atores deste espaço, essenciais à caminhada dos alunos, mas a mediação do bibliotecário pode tornar todo o trabalho muito mais eficiente e a caminhada muito mais leve.

Neste mundo de permanente mudança, os profissionais da informação devem integrar-se na chamada *pedagogia da aprendizagem* e trabalharem conjuntamente com os profissionais da educação, já que ambos são educadores! (MACEDO, 2011, p. 53).

Com esta integração, alunos, escola e comunidade têm a ganhar. A leitura na biblioteca escolar se resume ao preparo do aluno para enfrentar criticamente o mundo, dialogando com ideias opostas e formulando suas próprias concepções. Para Almeida Júnior “A apropriação da informação, que fique claro, pressupõe uma alteração, uma modificação do conhecimento, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo” (2011, p. 36).

Quando o diálogo acontece o aluno produz seu próprio conteúdo e, a partir desta produção, é que podemos chegar à pesquisa escolar. O cotejo guiado através das normas de pesquisa que resultam na essência do aprendizado sobre o tema, assim chegamos ao outro pilar da biblioteca escolar.

2.2 A Pesquisa no Espaço das Bibliotecas Escolares

A pesquisa escolar é frequentemente citada quando se está no ambiente escolar, entretanto pouco se vê efetivamente das buscas pedidas por professores serem tratadas como “pesquisas”, num ponto de vista sistematizado, as pesquisas muitas vezes referidas são trabalhos avaliativos quando, na verdade a pesquisa escolar tem objetivos bem mais amplos.

Apresenta, dentre os princípios básicos auxiliar o aluno a estudar com independência, planejar, conviver e interagir em grupo, aceitar as opiniões dos outros, usar adequadamente a biblioteca, utilizar as fontes de consulta, desenvolver o pensamento crítico e o gosto pela leitura, adquirir autonomia no processo de conhecimento, aprender a trabalhar colaborativa e cooperativamente, entre outros. (MORO; ESTABEL, 2004, p. 1).

Desde antes da internet a pesquisa escolar vem sendo distorcida pelo simples ato de copiar informações, primeiro eram cópias das enciclopédias, à próprio punho, hoje é o famoso “ctrl+c, ctrl+v” que transfere as informações dos sites da web para os arquivos de texto, onde o aluno coloca o próprio nome e entrega ao professor. Mas que diferença pode fazer a pesquisa na escola nestes moldes? A resposta é: nenhuma.

Talvez possamos explicar esta banalização da pesquisa pelo fato do país, somente agora, estar se adaptando à exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) sobre a necessidade de graduação dos professores, afinal a pesquisa científica com suas metodologias e etapas, é valorizada apenas no ensino superior. É possível que daqui para a frente, tendo professores pesquisadores, as escolas passem a sistematizar a pesquisa escolar.

Quando um (a) professor (a) se transforma em pesquisador (a), dá-se conta que conhecimento vem da pesquisa e bota os alunos a pesquisar. Ora, se o conhecimento não é uma simples aquisição de fora para dentro, mas uma construção (ou uma reconstrução) que o sujeito faz a partir de suas interações com o que o cerca, é consequência natural entender-se que o aluno precisa buscar ativamente o conhecimento”. (FRANCO, 2003).

A pesquisa escolar corretamente conduzida pode trazer conhecimento e autonomia no aprender, quando é empregada de maneira organizada e sistemática, quando o professor, apoiado pela biblioteca da escola, ensina o aluno os métodos de pesquisa, ensina como estabelecer uma pergunta, traçar objetivos, e reunir informações indicando a importância dos autores, e por fim valoriza a construção do aluno sobre as informações descobertas.

De maneira alguma se pede que os alunos de séries iniciais tenham que montar relatórios científicos, mas o que é necessário é o desenvolvimento e o exercício deste pensamento científico. Adaptar as diferentes etapas da pesquisa metodológica a realidade e a idade dos alunos envolvidos.

[...] é necessário que as etapas de desenvolvimento sejam orientadas pelo professor e seguidas pelos alunos e bibliotecários, quanto à seleção do assunto, estratégias de busca e identificação das fontes, planejamento do trabalho, seleção e coleta de informações, organização das referências consultadas, organização dos registros para apresentação do trabalho (oral ou escrito). (MORO; ESTABEL, 2004).

Para Santarosa (1997), “o processo pedagógico deve focalizar a construção de conhecimento associado ao processo de apropriação dos recursos tecnológicos tendo o aporte de aprender a se comunicar, aprender a aprender, aprender com o outro e aprender a ser”. Por isso a importância da pesquisa desde a mais tenra idade, mesmo que a criança ainda esteja em processo de alfabetização. Já pode trabalhar o processo

de autoaprendizagem demonstrando os conhecimentos adquiridos de forma oral, ou até mesmo por desenhos.

A biblioteca é grande responsável por auxiliar os alunos neste processo, a comunicação entre bibliotecário e professor é essencial para que, quando o aluno chegar com seu problema na biblioteca possa receber a orientação correta. Além disso o bibliotecário possui a habilidade de fomentar a competência informacional dos alunos da escola. O bibliotecário pode inclusive, ministrar aulas de como conduzir uma boa pesquisa, a ética, os direitos autorais, as fontes verdadeiras, tudo pode ser ensinado pelo bibliotecário.

No processo da pesquisa escolar destacam-se dois atores principais : o professor e o aluno. Para completar o cenário, surge um novo personagem: o bibliotecário, com a função de orientar os dois primeiros na utilização adequada dos recursos das TIC's no processo da busca da informação e da aquisição do conhecimento através da pesquisa escolar. (MORO; ESTABEL, p. 4, 2004).

Assim sendo, percebemos que a pesquisa está diretamente ligada a biblioteca escolar, não apenas por esta ser detentora de muitas fontes de informação, mas também pelo profissional que lá trabalha ser qualificado para auxiliar o aluno em todo o trajeto da pesquisa. Com a grande massa de informação encontrada on-line, a cada dia mais, se faz necessária a construção de um pensamento crítico do aluno em relação à grande rede, que saiba quais fontes pode confiar e onde encontrar as informações que irão sanar seus problemas de pesquisa.

Cabe destacar que o valor da pesquisa escolar não está no produto da pesquisa em si, mas sim no processo sistematizado da pesquisa, onde o aluno aprende a organizar o pensamento, aprende a valorizar as fontes de informação, aprende a impotância de sua própria autoria para que possa adquirir o conhecimento.

A biblioteca escolar está intrinsecamente ligada à educação e, a educação sendo um papel do Estado, não podemos deixar de trazer a importância das bibliotecas escolares inseridas nas instituições públicas de ensino.

3 BIBLIOTECAS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

As bibliotecas escolares são, sem dúvida, entidades com grande poder transformador social. Esse poder é ampliado quando falamos nas bibliotecas escolares que se localizam em escolas públicas.

A rede pública de ensino é aberta a toda a comunidade, se tornando assim espaço de grande diversidade, como Kuenzer (2001, p. 64) explica:

[...] lembrando que a escola pública é marcada pela finalidade da democratização, para o que deverá enfrentar as desigualdades contemplando as diferenças, de modo a garantir que o estudante trabalhador não tenha que renunciar ao conhecimento em face de suas necessidades de formação imediata para o exercício de atividades laborais.

Assim sendo podemos inferir que a biblioteca escolar em uma escola pública pode atingir camadas sociais que as de instituições privadas não podem, e por isso é tão importante para a sociedade. Estas camadas mais desfavorecidas muitas vezes não possuem o acesso a bibliotecas, e é através da biblioteca escolar que as crianças destas famílias podem ter oportunidades dignas, afinal nem todos os estudantes que por ela passam chegarão a ter acesso a bibliotecas universitárias ou especializadas, e a importância da biblioteca escolar é justamente mudar esta dura realidade.

Na universidade chegam poucos, mas na escola circulam milhares, por isso a biblioteca escolar congrega um universo de usuários e de pessoas da comunidade do entorno da escola. Neste espaço universal e democrático, por onde circulam o aluno, o professor, o diretor, o bibliotecário, o funcionário, entre outros, o acesso à informação é a chave da inclusão de todos. (MORO; ESTABEL, 2011, p. 13).

Uma outra diferença importante entre a biblioteca escolar pública e a privada, é que a privada segue a missão e os objetivos da entidade mantenedora, que pode sofrer alterações com o tempo, mas dificilmente passará por alterações políticas a cada quatro anos como é o caso da pública.

Ao longo de sua trajetória, as bibliotecas de escolas públicas ficaram sempre à mercê das trocas e alternâncias de governantes e dependentes de existirem ou não projetos que contemplassem a sua função nas instituições educacionais na comunidade onde estão inseridas. (MORO; ESTABEL, 2011, p. 21).

A biblioteca escolar na rede pública precisa resistir bravamente às mudanças governamentais, que em determinada visão política podem achar que ela é de suma importância e em outra podem achar que é descartável. Por este motivo é muito importante a criação de um plano para as bibliotecas em rede pública. A exemplo disso temos o estado do Rio Grande do Sul, um dos únicos da nação que colocou em sua Constituição Estadual o artigo 218, que assegura as bibliotecas nas escolas da rede estadual, “[...] O Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada cabendo-lhes fiscalizá-las.”.

Citando especificamente a rede pública municipal podemos observar em muitos casos uma despreocupação com a questão da biblioteca escolar.

A rede pública municipal é a que menos conta com bibliotecas escolares e ao mesmo tempo é responsável pela maioria das escolas de educação das séries iniciais até o ensino fundamental e EJA. Atende na sua totalidade quase um milhão de alunos distribuídos nos 496 municípios do estado. As redes municipais de ensino estão afetas aos gestores municipais, prefeitos e secretários de educação, que muitas vezes não contam em seus quadros com profissionais bibliotecários que possam orientar os serviços de bibliotecas, quando da construção de novas escolas. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.74).

As prefeituras, principalmente as de pequenas cidades, seja por malícia, seja por ignorância da normativa, tendem a não valorizar as bibliotecas municipais, tanto as públicas como as escolares. Da mesma maneira não respeitam, na maioria das vezes, a profissão de bibliotecário.

O censo profissional demonstra que em torno de 50% dos profissionais bibliotecários atuam em Porto Alegre, os demais atuam na região metropolitana e em grandes e médias cidades do interior. Uma minoria atua em municípios pequenos e área rural. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.79).

Esta falta de profissionais qualificados resulta em uma falta de políticas e, conseqüentemente, empobrecimento do processo de educação. Podemos ter clareza

desta falta quando observamos os livros do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) que são distribuídos anualmente às escolas pelo governo federal, livros de grande qualidade, alinhados com políticas de respeito à diversidade e com excelente valor educacional, mas que não possuem um destino explícito em lei. Muitas escolas extraviam os livros pois não possuem bibliotecas com sistema de empréstimo, outras com medo de perderem materiais federais sem patrimônio nem abrem as caixas doadas.

No âmbito federal o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) garantem a compra de livros para todas as escolas do país. Entretanto, estes programas carecem de diretrizes claras que estabeleçam competências para os gestores locais quanto a destinação destes acervos. Disto resulta o fato de se encontrar caixas de livros fechadas que não estão disponíveis aos estudantes e em espaços próprios como as bibliotecas escolares. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.79).

Dessa forma pode-se chegar à conclusão que a biblioteca escolar é peça fundamental na cultura e aprendizagem dos alunos, entretanto deve se observar a consonância das políticas da biblioteca com as da escola, para que se possa tirar total proveito desta parceria.

A integração da biblioteca na escola requer mudança na organização do ensino. Assim a biblioteca passa a fazer parte do dia-a-dia da escola e integra o planejamento das atividades escolares. Requer um projeto pedagógico onde a formação autônoma do aluno seja valorizada através de recursos, além da aula expositiva. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.82).

É com essa visão que podemos ter clareza para determinar a importância do ato normativo que busca estender a todas as instituições de ensino as bibliotecas, sem esquecer que não é apenas a questão de existir uma biblioteca que é importante, as políticas, o profissional bibliotecário, a parceria biblioteca-escola, a cooperação com os professores e a qualidade do acervo são balizadores da qualidade destas bibliotecas.

Podemos tomar como parâmetro de sucesso a implementação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SEBE) para entendermos a importância destas garantias legais às bibliotecas. O Estado do Rio Grande do Sul passou por momentos de temor pela educação e pelas bibliotecas escolares, mas graças a história destes

profissionais que não desistiram de sua luta e sua ideologia, levaram, junto com a sociedade gaúcha, as bibliotecas escolares para a Constituição do Estado, garantindo a todos os cidadãos o acesso às bibliotecas escolares.

4 BIBLIOTECAS ESCOLARES E A TRAJETÓRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pretendemos aqui, fazer um breve apanhado histórico acerca da gestão das bibliotecas escolares do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de expressarmos a importância de se trabalhar em rede e contar com a implementação de um sistema para que todo trabalho de longa data não se perca por mudanças ideológicas de governo. Devido à falta de fontes para este tema, toda a exposição dos fatos que segue, foi baseada no capítulo “Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania” de Moro e Estabel (2011, p. 13-70), no livro intitulado “Biblioteca Escolar: presente!”.

Em 1950 o Governo do Estado criou o Setor de Bibliotecas Escolares que funcionava junto ao Centro de Pesquisa e Orientação Educacional, na Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEC). Este momento foi um marco para as bibliotecas e a Biblioteconomia, pois se iniciaram aí os trabalhos de gestão das bibliotecas escolares na rede estadual chefiados por uma bibliotecária, Elvira Barcelos Sobral. A bibliotecária realizou um levantamento, em todas as escolas estaduais de Porto Alegre, sobre acervo, mobiliário e pessoal. Com estes dados decidiu ministrar, em parceria com a Associação Riograndense de Bibliotecários (ARB), um curso de formação para os professores atuantes nas bibliotecas escolares. O curso, com duração de 9 meses, ensinava o básico da profissão com grande enfoque na área do Serviço de Referência. Após a formação dos primeiros 50 professores que retornaram às bibliotecas onde trabalhavam, por indicação, foram realizados outros cursos de formação, tornando a seleção dos profissionais mais rigorosa, dando-se através das melhores notas no curso e de entrevistas nas Delegacias de Ensino (DE). Ao longo dos 14 anos dos cursos de formação foram formados 700 “professores bibliotecários”, além disso muitos buscaram formação em Biblioteconomia, chegando, alguns a ministrarem aula na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da UFRGS.

Já nos anos 70, a rede de bibliotecas teve seu órgão mantenedor extinto, passando a vinculação do Centro de Documentação (CD) da Secretaria da Educação do Estado. O caráter do serviço passou a ser mais administrativo, supervisionando e

orientando as bibliotecas escolares de cada DE, realizando boletins de orientação e divulgação, e recebendo relatórios das bibliotecas escolares. Neste período uma equipe de bibliotecários atuava junto à SEC, outra na 1ª DE, localizada em Porto Alegre, além de algumas escolas da capital também contarem com profissionais bibliotecários.

Este modelo de gestão se estendeu até 1989, quando foi criado o Centro do Livro e Bibliotecas Escolares (CLBE), vinculado à Diretoria Pedagógica (DP) da SEC.

A situação era crítica, em um levantamento de 1986, uma quantidade significativa de bibliotecas possuía carência de espaço físico, mobiliário e equipamentos, o acervo estava desatualizado e a rotatividade de pessoal, devido às substituições em sala de aula, prejudicava o andamento do trabalho. Priorizando a sala de aula, a SEC criou o Quadro de Pessoal por Escola (QPE), o que obrigava todo professor que estivesse atuando em outro setor, que não fosse a sala de aula, retornar a seu posto. Assim, no ano de 1988 as bibliotecas foram fechadas pelo Secretário de Educação, e os profissionais que nela atuavam foram direcionados para atuar em sala de aula. Neste momento as 2500 bibliotecas, das 3345 escolas estaduais, contavam com 3000 profissionais atuando neste espaço. Destes, 51 possuíam formação em Biblioteconomia, mas 48 estavam vinculados no cargo de professor, apenas três eram do Quadro Técnico-Científico do Estado como Bibliotecários.

Os profissionais se mobilizaram e, junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) da 10ª Região, entregaram ofício ao então Governador, Pedro Simon, e ao Secretário de Educação, solicitando que a situação dos bibliotecários fosse regularizada, não sendo mais considerados professores, pudessem prosseguir suas funções à frente das bibliotecas escolares. Nesta mobilização deu-se início uma longa luta pela Bibliotecas Escolares no Estado do Rio Grande do Sul.

Uma reunião com o Secretário de Educação foi realizada e, devido à intransigência do Secretário, em discutir a mudança do cargo dos bibliotecários em desvio de função ao Quadro Técnico-Científico, ou mesmo uma via para a reabertura das bibliotecas, o problema foi levado à imprensa para que a sociedade gaúcha pudesse tomar conhecimento da situação. Houve grande mobilização dos veículos de comunicação, de escritores, jornalistas e colunistas, que cederam espaços para os bibliotecários exporem o problema e solicitarem uma solução. Uma comissão,

acompanhada do presidente do CRB, iniciou um trabalho junto à Assembleia Legislativa, buscando apoio, tanto para a luta pelo enquadramento correto dos bibliotecários, quanto pela criação de uma legislação que garantisse orçamento para aquisição e manutenção dos acervos das bibliotecas, uma política de pessoal qualificado e capacitado e programas de leitura.

Os bibliotecários colheram frutos desta mobilização com o Legislativo, obtendo apoio para colocação da matéria na Constituição do Estado (art. 218), que tramitava na época. Além de contar com apoio para a realização da Lei Nº 8.744 de 1988, que foi aprovada em memória do deputado Antônio Daudt, que trabalhou com os bibliotecários nos parâmetros para criação do projeto e faleceu tragicamente naquele ano.

Com a pressão política exercida pela exposição na mídia o Governo do Estado convidou o CRB para, em parceria com a SEC, encontrar uma solução para o problema do fechamento das bibliotecas. Em julho daquele ano o documento que resultou desta comissão, pedia a abertura das bibliotecas escolares, implementando uma política de recursos humanos.

Em 1989 a Secretaria da Educação passou a cargo do Professor Ruy Carlos Ostermann, que modificou o caráter administrativo da rede de bibliotecas passando para o pedagógico novamente, com a criação do CLBE.

Desde então o Estado tem sido referência na legislação que garante as bibliotecas escolares, sediou diversos congressos e seminários sobre o tema, com legisladores que têm se preocupado com o tema, tomando à frente inclusive na legislação a nível nacional, claramente pela pressão exercida pelos bibliotecários e CRB.

No governo de Yeda Crusius o CLBE, passou a se chamar Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SEBE). O SEBE tem como suas principais funções “integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento dos serviços bibliotecários nas escolas do Estado, bem como os projetos e realizações de incentivo à leitura”. (MORO; ESTABEL, 2011, p.51).

Podemos perceber que a legislação específica sobre o tema se faz necessária para garantir que todo um trabalho empregado por uma administração ou, no caso do Estado por quase 40 anos, não se perca por uma decisão política. Assegurando à

sociedade que o Interesse Público em proporcionar uma educação de qualidade será mantido, independente da ideologia política do governante.

5 UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

É impossível falar na legislação sobre bibliotecas escolares sem antes observar como a legislação se comporta com relação a educação em si. O que podemos subentender é que a educação é uma grande preocupação de Estado, tendo esse foco assegurado na própria Constituição Federal (CF), em seu capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto), seção I (Da educação).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Já no primeiro artigo desta seção podemos observar claramente esta obrigação do Estado, além disso o Artigo 206 nos traz algumas bases para o ensino, para fins deste trabalho cabe-se destacar os seguintes incisos:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL. 1988).

Enquanto destacamos a importância do ensino gratuito e de qualidade que surgem no artigo 206, podemos observar no artigo 208 esta obrigação sendo efetivamente abordada por nível educacional e idade.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988).

Para definir melhor o que seria a educação básica trazemos, aqui, o disposto no artigo 22 da LDBEN: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996).

Consoante com o artigo 208 da CF, o artigo 211, especifica em seus parágrafos as funções de União, estados e municípios no sistema de ensino nacional.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (...)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (BRASIL, 1988).

Colocar a educação, parâmetros de exigibilidades em níveis governamentais, qualidade e acesso dentro da legislação, e mais especificamente, na CF, se dá para assegurar à nação que ainda que governos sejam trocados, não serão simples decisões partidárias que retirarão dos brasileiros seus direitos.

Infelizmente as bibliotecas escolares não estão asseguradas nestes dispositivos, e até a Lei Nº 12.244/2010, não estavam na legislação. Foi por iniciativa do CFB que realizou o supracitado Projeto Mobilizador, que políticos se uniram à ideia e aprovaram uma legislação a respeito, ainda há muitos avanços a serem feitos, mas este importante primeiro passo já foi dado.

6 PROJETO MOBILIZADOR: BIBLIOTECA ESCOLAR CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO PARA O ENSINO PÚBLICO

Ao constatar a situação das bibliotecas escolares na rede pública nacional, o CFB em parceria com os CRB, estabeleceu, em 2007, um projeto objetivando mobilizar a categoria bibliotecária e os interessados na educação nacional em prol da ampliação do número de bibliotecas escolares no país, e da qualidade destas bibliotecas e destes acervos.

O Projeto Mobilizador traz justificativa da importância das bibliotecas dentro das instituições escolares:

[...] é fato que a natureza da função da biblioteca escolar é ser um espaço constituído para, uma vez assimilado pelo aluno, professor e demais entes que constituem os atores do ambiente escolar, possibilitar a interação com os processos de conhecimento de modo a contribuir para uma formação satisfatória do indivíduo, favorecendo o aprender a aprender, ou seja, corroborando para a aquisição da habilidade de aprender, saber obter, utilizar e gerar novas informações. (CFB, 2008, p. 6).

O Projeto se preocupa também com a qualidade das bibliotecas escolares, pois elas são instrumentos essenciais para a nação. O objetivo do Projeto pode ser salientado no texto pela passagem:

Deste modo, o estabelecimento de um projeto mobilizador que possibilite a concepção e desenvolvimento de uma rede de informação para o ensino público, representa uma intervenção em um setor estratégico do funcionamento das escolas brasileiras. Essa intervenção apela a uma política concentrada na oferta de condições que favoreçam, estimulem e apoiem a criação, o desenvolvimento e a utilização de dispositivos desta natureza. (CFB, 2008, p. 10).

Através desse Projeto foram gerados esforços que transformaram os Projetos de Lei Nº 1.831/2003 e Nº 3.230/2004 na atual Lei Nº 12.244/2010 que trata da universalização das bibliotecas escolares em toda a extensão nacional.

7 DO PROJETO MOBILIZADOR À LEI Nº 12.244/2010

Diversos países, ao longo do tempo, têm tentado aprovar legislações que tornem obrigatórias as bibliotecas escolares. Nos Estados Unidos, uma frente parlamentar, apoiada nos indicadores de qualidade que apontam melhores desempenhos nos testes nacionais para escolas que possuem bibliotecas e bibliotecários em seu comando, tenta aprovar uma lei que obrigue as instituições de ensino do país a terem bibliotecas e profissionais competentes em sua coordenação¹. No Reino Unido é a união dos autores de livros que, unidos com bibliotecários e professores, tenta aprovar uma lei semelhante, apontando que as escolas são grandes responsáveis na formação dos leitores do país².

No Brasil, país onde historicamente avanços são mais lentos, nesta área acontece justamente o oposto. Em 2010 o Congresso Nacional aprovou a Lei Nº 12.244, que trata da universalização das bibliotecas escolares, não apenas em instituições de ensino públicas, mas também nas privadas.

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais ideográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

¹ <http://www.ala.org/advocacy/advleg/federallegislation/eduleg/schoollibraries/esea>

² <https://www.theguardian.com/books/2012/jun/27/authors-library-every-school-legislation>

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Carlos Lupi. (BRASIL, 2010).

Como podemos perceber a Lei traz a obrigatoriedade de haverem bibliotecas em todas as instituições e ensino do país, a caracterização de uma biblioteca, o quantitativo mínimo de acervo bibliográfico, a preocupação com o desenvolvimento deste acervo e o respeito à legislação que impõe um bibliotecário como responsável por uma biblioteca.

Certamente, a qualidade de uma biblioteca vai além dos indicadores obtidos nesta norma, mas podemos tê-la como uma base mínima. O manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) além de trazer os atributos de uma biblioteca escolar ainda salienta a importância de: “Políticas e serviços; seleção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado.” (UNESCO, 2000).

Observamos aí a importância de, não apenas ter um acervo como pede a legislação, mas de haverem políticas que façam a gestão deste acervo, bem como profissionais habilitados que elaborem estas políticas.

[...] as escolas que tem biblioteca não necessariamente atendem os requisitos mínimos para o seu funcionamento. Muitas vezes estas bibliotecas se encontram fechadas, com acervos pouco atrativos ou mesmo inadequados e sem programas de estímulo à leitura. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.74).

Rodrigues (2010, p. 7) nos traz a importância da Lei em relação às atividades de ensino da escola e de como mobilizar a biblioteca escolar em prol da educação:

A universalização da biblioteca escolar, conforme determina a Lei 12.244/10 não é apenas um marco legal, mas, sobretudo um ideal a ser reafirmado com a aplicação da lei, por meio da criação de bibliotecas inseridas no projeto pedagógico das escolas, com funcionamento adequado, congregando alunos, professores e comunidade em geral.

Na Lei Nº 4.084/62, são dispostas atividades exclusivas dos bacharéis em biblioteconomia:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, 1962).

Observando a legislação podemos atentar para a necessidade de haver pelo menos um profissional bibliotecário para exercer a administração e direção das bibliotecas escolares de um município, bem como sua organização e execução de serviços como classificação e catalogação.

Recentemente a discussão acerca das bibliotecas escolares foi retomada no cenário político devido a uma proposta de alteração na própria LDBEN que visa garantir nesta Lei a implantação das bibliotecas escolares. O Projeto de Lei (PL) foi aprovado pela Câmara em 2013, mas o senador Paulo Paim interpôs recurso solicitando incluir no projeto artigo que assegurasse que toda instituição de ensino contasse com um profissional bibliotecário e, na ausência desse, profissionais da educação capacitados em biblioteca escolar, trabalhando sob a supervisão de um bibliotecário. (PADRÕES..., 2017)

Com o recurso, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Educação, onde tramitou e, no mês de novembro deste ano, teve aprovação do texto com modificações. Após ser apreciado pela comissão o PL, retornará à Câmara dos Deputados para votação.

Ao ser estudado, a relatora Ângela Portela, elaborou um substitutivo que retirou o foco do profissional bibliotecário, justificando gastos públicos descabidos para a atual crise que o país atravessa e propôs alteração na Lei Nº 12.244/2010 e na Lei Nº 10.861/2004, que versa sobre as avaliações das instituições de ensino superior. No tocante às bibliotecas escolares as alterações são as seguintes:

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:
 “Art. 2º

§ 2º Constitui requisito mínimo à instalação de bibliotecas de escolas de educação básica a disponibilidade de:

I – espaço físico interno mínimo de oitenta metros quadrados, construído com equipamentos de acessibilidade, conforto térmico, acústico e iluminação adequada, segundo as normas técnicas definidas em regulamento;

II – equipamentos de informática constituídos por no mínimo um projetor, dois computadores com acesso à internet, duas impressoras e dois estabilizadores de corrente elétrica;

III – mobiliário para usuários constituído por mesas com cadeiras para adultos e crianças, estantes para acondicionamento do acervo adequado à estatura dos usuários, mesas e cadeiras para profissionais da biblioteca e condicionador de ar.

IV – profissional da educação capacitado em biblioteca escolar para gestão do acervo e mediação da leitura com os alunos.” (NR).

(BRASIL, 2012).

A proposta altera o Artigo 2º da Lei Nº 12.224/2010, impondo padrões mínimos para o ambiente, ao longo da justificativa das alterações a presidente da comissão justifica que a alteração na LDBEN não se justificaria por já haver uma lei específica sobre as bibliotecas escolares, além disso ela informa que devido aos altos custos com profissional bibliotecário seria melhor focar no melhoramento dos espaços das bibliotecas (BRASIL, 2012). O artigo da Lei Nº 12.244/2010 que prevê o respeito à profissão do bibliotecário não sofreria alterações com tal proposta, porém o fato da figura do profissional da educação com capacitação em biblioteca escolar deixa o bibliotecário mais próximo de ser o gestor de uma rede, do que de ser atuante, individualmente nas escolas.

8 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é onde se determina de que modo se procederá ao trabalho, “[...] método é o caminho (conjunto de regras) para se alcançar os objetivos planejados.”. (COSTA; COSTA, 2009, p.6). Explicando corretamente toda a metodologia, se espera que o método científico possa ser reproduzido. Assim sendo, de acordo com as classificações de pesquisa, esquematizadas por Castro (2013) esta seção foi dividida para explicar, categoricamente, tais etapas metodológicas.

De acordo com a natureza da pesquisa este trabalho possui o intuito de gerar uma aplicação prática, no âmbito municipal, para o cumprimento da legislação vigente, há também o interesse em gerar conhecimentos novos para auxiliar estudos e trabalhos futuros. Dessa maneira podemos caracterizar a pesquisa como sendo de natureza básica. Para Castro (2013, p. 40) a pesquisa básica busca o que há de mais elementar na ciência, “[...] entende-se elementar aqui, não como algo pejorativo, mas como o que é basilar, básico, dando origem a todo o resto”.

O problema de pesquisa apresentado anteriormente, visa entender um processo da gestão pública referente ao atendimento da Lei Nº 12.244/2010. Assim, entende-se que a pesquisa possui abordagem qualitativa, que de acordo com Castro (2013, p. 41) “[...] a pesquisa qualitativa é aquela que busca esta natureza, a compreensão das informações é feita de uma forma mais global e inter-relacionada com fatores variados, privilegiando contextos”.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 12) na pesquisa qualitativa “[...] o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. Esta pesquisa objetiva interagir com gestores responsáveis pela educação no município de Ivoti (contexto do estudo) e entender como estão trabalhando para o atendimento e cumprimento da legislação em vigor sobre as bibliotecas escolares. Para termos este estudo delimitou-se a população, centrando o Município de Ivoti, no Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, se caracteriza como exploratória, assim como Castro (2013, p. 42) nos traz, “pode ser exploratória, ou seja, inicial. Um ‘primeiro’

levantamento de algo que não se conhece ou que se quer melhor entender até para se formular hipóteses.”.

Podemos dizer que a pesquisa exploratória é um ponto de partida dentro do universo da pesquisa científica, assim como Gil (2010, p. 27) destaca “[...] têm (as pesquisas exploratórias) como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”.

Este trabalho estrutura-se em um estudo de caso, pois seu interesse “[...] incide naquilo que ele (o estudo) tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.17). Nela podemos analisar os dados de acordo com o contexto específico do município, do momento político, e demais fatores que vierem a emergir da pesquisa. Para Castro (2013, p. 43) uma das vantagens do estudo de caso é que “[...] o pesquisador parte da teoria geral acerca do assunto e busca em seu objeto específico, o caso que está estudando, semelhanças e diferenças em relação a este geral.”.

Existe, porém, certa desconfiança na área científica quanto à fidedignidade do estudo de caso nas pesquisas científicas, para Gil (2010, p. 38) é a dificuldade em generalizar os resultados obtidos que traz tal desconfiança, entretanto o autor salienta que generalizar não é o objetivo do estudo de caso e sim “[...] proporcionar uma visão global dos problemas ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.”.

Levando em conta todos os apontamentos sobre o estudo de caso, e analisando como a pesquisa pretende ser recebida pelos governantes e pela comunidade, observamos na contribuição de Lüdke e André (1986, p. 19) a confirmação de que este era o método que mais se encaixava no planejamento:

O pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer suas ‘generalizações naturalísticas’. Em lugar da pergunta: este caso é representativo do quê? O leitor vai indagar: o que posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação?

O delineamento do estudo de caso é muito mais flexível, o que foi obtido em uma etapa pode determinar alterações na próxima. (GIL, 2010, p. 117). Dessa forma

determinou-se partir de uma pesquisa bibliográfica para explorar e aprofundar o assunto, posteriormente entrevistar os gestores responsáveis pela educação no município de Ivoti alvo do estudo, para finalmente culminar os dados obtidos e analisá-los à luz da teoria levantada no referencial teórico deste trabalho

A coleta de dados é parte crucial da pesquisa, para Matias-Pereira (2010, p.74) “[...] a definição dos instrumentos de coleta de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado”. Neste trabalho, serão utilizadas duas modalidades: a pesquisa documental e a coleta por meio da entrevista semiestruturada.

A pesquisa documental justifica-se como uma primeira pesquisa sobre o tema e os dados que podem emergir apenas bibliográfica e documentalmente.

Essas informações podem auxiliar na elaboração das pautas para entrevistas e dos planos de observação; sem contar que à medida que dados importantes estejam disponíveis, não haverá necessidade de procurar obtê-los mediante interrogação, a não ser que você queira confrontá-los. (GIL, 2010, p. 122).

Assim sendo esta pesquisa é a primeira etapa da coleta de dados, auxiliando na segunda etapa, a entrevista. A pesquisa foi realizada prioritariamente na base de dados QEDu, IBGE e INEP, do governo federal que demonstram indicadores da educação brasileira e situam os dados do município estudado.

Na entrevista, a modalidade empregada será por pauta, que é “[...] orientada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. (GIL, 2010, p. 121). Essa modalidade também é conhecida como semiestruturada, para Lüdke e André (1986, p. 33) e a vantagem deste tipo de modalidade é a liberdade do entrevistado de discorrer sobre o tema básico, ampliando as informações prestadas, devendo sempre observar o estímulo dado ao entrevistado para que complemente sua fala.

As entrevistas serão gravadas para que não se perca nenhuma informação, e transcritas, posteriormente, para melhor organização e análise dos dados. Os sujeitos a serem entrevistados serão; a bibliotecária do município, por ser a profissional responsável pela rede de bibliotecas; a Secretária Municipal de Educação e Cultura, por ser a responsável por implementar as políticas criadas em torno das bibliotecas; e

diretores das escolas da rede municipal de ensino, que são responsáveis pela gestão escolar.

Após a coleta de dados dá-se a análise e interpretação dos materiais colhidos. É importante salientar que diversos pesquisadores, entre eles Gil (2010, p. 220) demonstram que no estudo de caso a análise dos dados inicia-se durante a coleta, afinal é necessário realizar inferências e observar o material colhido para que de delinear melhor o processo de coleta.

O procedimento adotado é o sugerido por Lüdke e André (1986), após leitura exaustiva dos dados, para dominar os materiais obtidos, são categorizados, visando unir semelhanças e diferenças, para que facilite a interpretação.

A classificação e organização dos dados prepara para uma fase mais complexa da análise, que ocorrerá a medida que o pesquisador vai reportar os seus achados. Para apresentar os dados de forma clara e coerente, ele provavelmente terá que rever suas ideias iniciais, representá-las, reavaliá-la, e novas ideias podem então surgir nesse processo. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 49).

Logo após a categorização dos dados inicia-se a interpretação destes resultados, buscando no referencial teórico fundamentação para tal teorização.

Primeiramente são tabulados os dados encontrados na pesquisa documental, assim como os recolhidos na entrevista. Todos serão categorizados para que se descubram padrões que possam colocar os dados lado a lado para que a análise possa ocorrer como uma discussão acerca do que foi coletado, do que a literatura trata sobre o assunto e a busca da resposta ao problema de investigação.

9 CONTEXTO DO ESTUDO

O estudo apresentado envolve o Município de Ivoti, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, nos limites entre região metropolitana, vale dos sinos e paranhana, e possui divisas com as seguintes cidades, “[...] ao norte, Presidente Lucena; ao leste, Morro Reuter e Dois Irmãos; ao sul, Estância Velha e, em pequena parte, Novo Hamburgo; e ao oeste, Lindolfo Collor”. (KREUTZ, 2013, p.153).

Figura 1 - Mapa de Ivoti



Fonte: Kreutz, 2013

Ivoti é um município de colonização principalmente germânica, mas também conta com forte presença de descendentes de japoneses. Portanto, Ivoti é uma cidade naturalmente com uma rica cultura principalmente voltada para as lidas no campo. Entretanto, o setor industrial é bastante forte na cidade que é berço de empresas como o grupo Fröhlich (Fritz e Frida, Frily, Frilar), Hercosul alimentos animais, a cachaçaria mundialmente premiada Weber Haus, o curtume Minuano, são alguns exemplos de que a cidade se desenvolve em diversas frentes. (KREUTZ, 2013)

De acordo com dados do IBGE (2010) o município tinha, em 2010, 19.674 habitantes, com estimativa para cerca de 22.000 em 2017. A extensão da cidade é de

63,151 km². A situação da educação de Ivoti, ainda segundo o IBGE, é de 100% das crianças de 6 à 14 anos alfabetizadas.

A educação na cidade, de acordo com censo do portal Qedu, conta com 21 escolas, destas 15 são públicas, 2 estaduais e 13 municipais, de acordo com a Secretaria da Educação e Cultura do Município (SEMEC), todas as escolas possuem bibliotecas, a SEMEC também informa o quantitativo de alunos e títulos em seu acervo. Para melhor ilustrar as situação das 13 escolas do município acompanhe o Quadro 1:

Tabela 1 - Acervo das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal

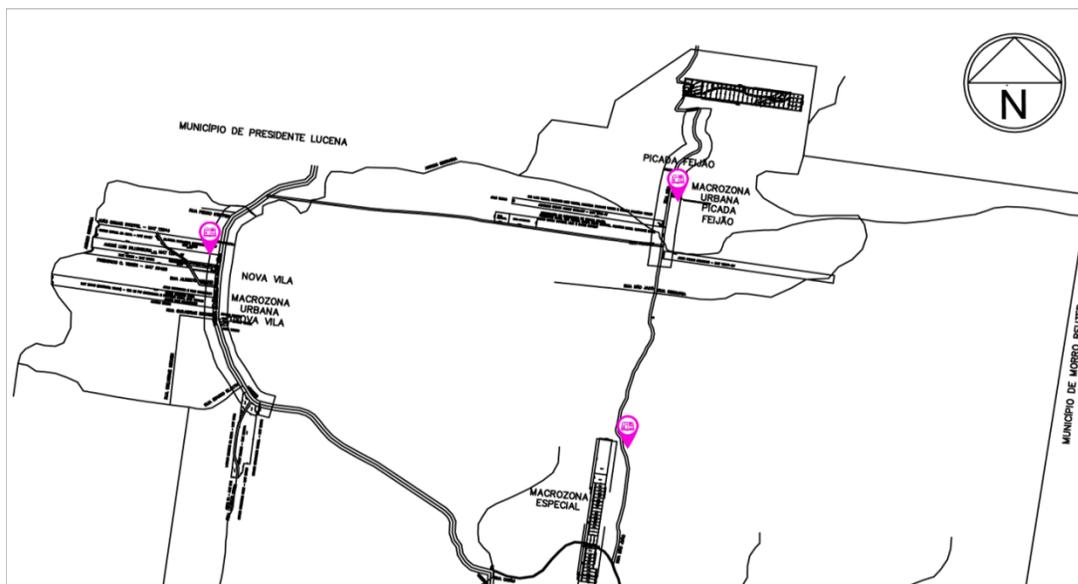
Nome da Escola	Nível de Ensino	Nº de alunos	Nº de títulos	Título/Aluno
25 de Julho	EF	441	6238	14,1
Aroni Aloisio Mossmann	EF	230	5823	25,3
Concórdia	EF	355	5265	14,8
Eng. Ildo Meneghetti	EF e EJA	810	8372	10,3
Jardim panorâmico	EF	415	6972	16,8
Guilhermina Mertins	EF (1º a 5º ano)	44	2429	55,2
Nelda Julieta Schneck (rural)	EF (6º a 9º ano)	56	1307	23,3
Nicolau Fridolino Kunrath (rural)	EF (3º a 5º ano)	20	366	18,3
Olavo Bilac (rural)	EF (Ed. inf. A 2º ano)	27	324	12,0
Bem Querer	EI	168	394	2,3
Pedacinho do Céu	EI	157	3	0,0
Jardim dos Sonhos	EI	170	1087	6,4
Bom Pastor	EI	125	81	0,6

Fonte: SEMEC Ivoti

Ainda de acordo com o portal temos as informações do censo escolar de 2016, nele observamos que 100% das escolas contam com internet, 77% possuem laboratório de informática, e 85% possuem uma biblioteca. Os alunos da rede municipal têm nota acima da meta nacional na Prova Brasil, que é de 70%, sendo o índice médio das escolas de Ivoti 77%, possuindo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 6,8 nos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto o objetivo nacional é alcançar pelo menos 6 pontos até 2022, nível de países desenvolvidos. Tal dado leva a cidade ao 25º melhor desempenho no estado.

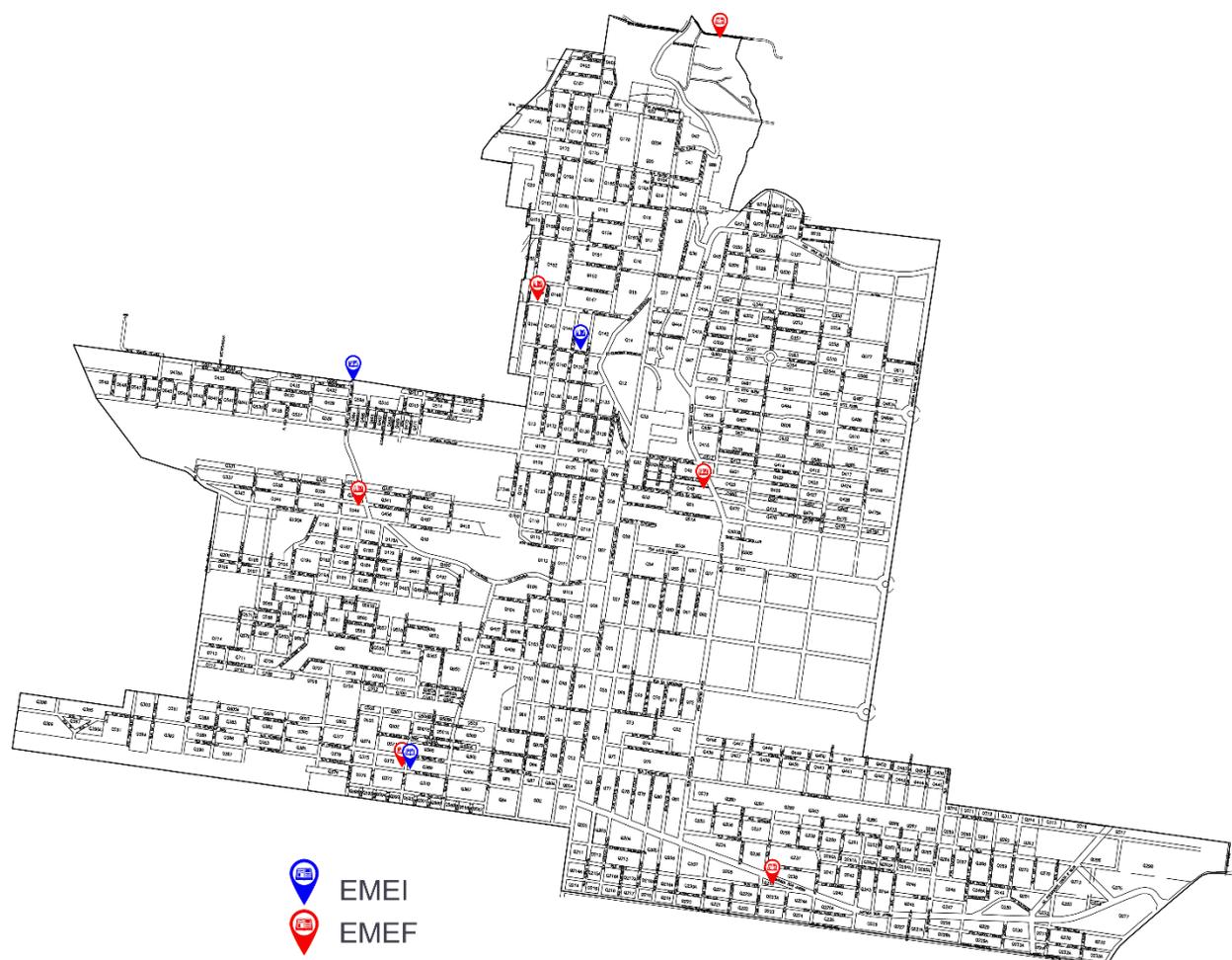
Pelos índices pode-se perceber a preocupação da cidade com a educação, tal fato nos levou à presente pesquisa acerca das bibliotecas escolares do município. Ivoti trabalha em rede com suas bibliotecas há, pelo menos, 5 anos, entretanto apenas em agosto de 2017 a rede foi criada com o nome de Bibliotecas Municipais de Ivoti, por contar com a biblioteca pública, além das bibliotecas escolares, ainda assim o município possui apenas uma bibliotecária em seu quadro funcional. Foi justamente esse modelo aplicado pelo município na tentativa de colocar uma biblioteca por escola e respeitar a profissão do bibliotecário que chamou a atenção, e este modelo que é visto cada vez com maior frequência entre municípios de médio e pequeno porte que interessa a pesquisa, a fim de lançar luz sobre este assunto que ainda deixa muitos gestores da educação em dúvida, além de sugerir possíveis melhorias que possam manter o trabalho das gestões que já passaram pelo governo do município.

Figura 2 - Localização das EMEF Rurais



Fonte: Gularte, 2017 (adaptado de Ivoti, 2006)

Figura 3 - Localização das EMEF e EMEI Urbanas



MUNICÍPIO DE IVOTI
Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos
Departamento de Planejamento Urbano

Perímetro Urbano

Lei 2260/2006, de 10 de Outubro de 2006

Fonte: Gularte, 2017 (adaptado de Ivoti, 2006)

As figuras acima demonstram a distribuição das escolas dentro do município, indicando na Figura 2 as escolas rurais, marcadas por um indicador na cor rosa, e na Figura 3 as escolas urbanas, compreendendo as de ensino fundamental, marcadas na cor vermelha, e as de educação infantil, marcadas na cor azul.

10 SUJEITOS DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram selecionados sujeitos, cuja entrevista pudesse elucidar como se dá a relação das escolas e da educação do município com a biblioteca escolar.

Assim sendo foram selecionadas, a Secretária Municipal da Educação e Cultura, três diretoras de escolas da Rede Municipal, sendo duas de escolas que oferecem à população o ensino fundamental e uma que oferece educação infantil. Além destas profissionais ainda foi ouvida a bibliotecária do município.

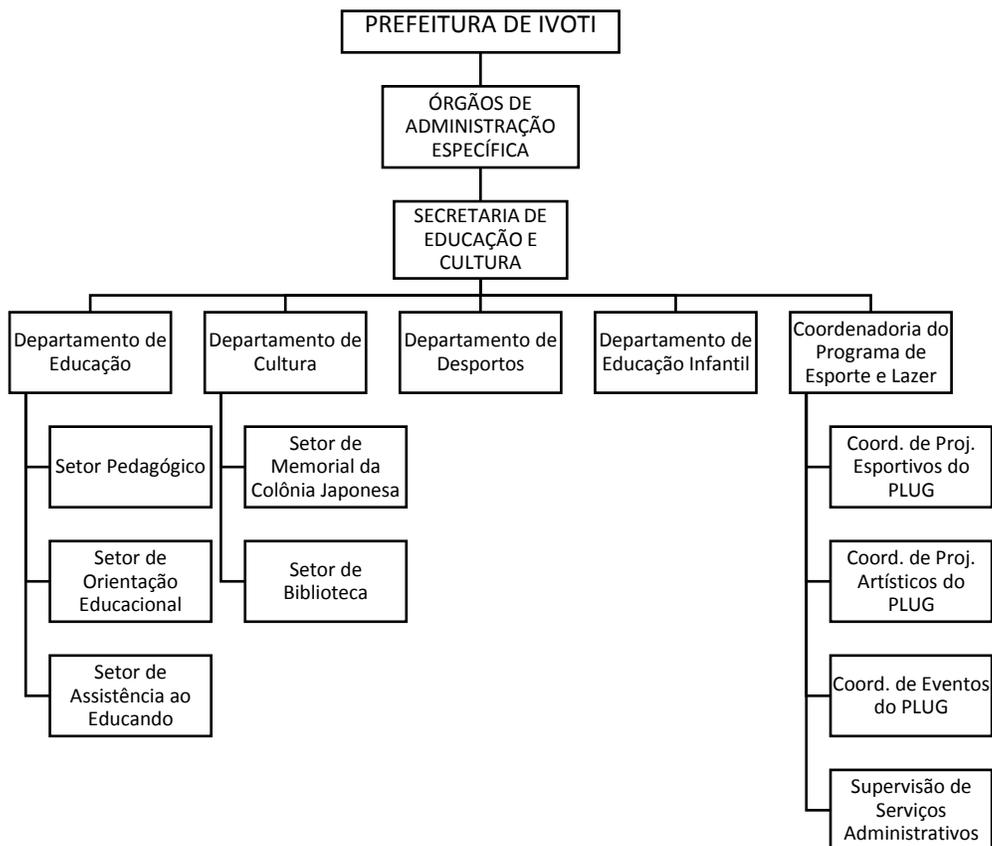
A contribuição da entrevista com a Secretária Municipal da Educação e Cultura é no sentido de trazer à luz da pesquisa como se posiciona a gestora que deveria promover a relação entre biblioteca e escola, além de demonstrar como se posiciona politicamente o município em relação às bibliotecas escolares e ao cumprimento da Lei Nº 12.244/2010, pois esta representa o posicionamento político da Prefeitura na área da educação e cultura.

As entrevistas com as diretoras, buscam trazer a visão das gestoras escolares sobre as bibliotecas e os serviços biblioteconômicos instalados em suas escolas e também demonstrar a visão das pedagogas sobre a importância da biblioteca escolar.

A entrevista com a bibliotecária do município busca entender como a biblioteca escolar está inserida na educação local, como ela percebe a importância da biblioteca e do papel do bibliotecário neste contexto, e como se dá o gerenciamento das bibliotecas escolares.

As gestoras selecionadas pela pesquisa se relacionam dentro da estrutura organizacional da SEMEC de Ivoti, tanto as diretoras escolares quanto a bibliotecária possuem a secretária da educação como superiora final na hierarquia dentro da Secretaria, para facilitar o entendimento observe o organograma contido na próxima página.

Figura 4 - Organograma SEMEC



Fonte: Gularte, 2017 (adaptado IVOTI, 2005)

A Secretária da Educação é a dirigente da SEMEC, a bibliotecária, a gestora do Setor de Biblioteca, e as diretoras estão subordinadas ao Setor Pedagógico, mas com gestão dentro de suas respectivas escolas, à exceção da dirigente da escola de Educação Infantil que se subordina ao Departamento de Educação Infantil.

Todas as entrevistas também exprimem quais seus interesses para o futuro da biblioteca escolar e o que poderia ser melhorado no que já é oferecido atualmente.

O Quadro 1 apresenta os sujeitos participantes e como cada sujeito será apresentado na análise dos dados, preservando as suas identidades.

Quadro 1 - Identificação dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Função
CS	Secretária Municipal da Educação e Cultura
MC	Bibliotecária
MG	Diretora EMEI Bem Querer
DB	Vice-diretora EMEF Jardim Panorâmico
SO	Diretora EMEFAroni

Fonte: Gularte, 2017

Após os dados serem coletados foram transcritos, quando necessário, ou copiados para serem analisados à luz do referencial teórico.

11 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A essência de uma pesquisa é a etapa da coleta e análise dos dados. Aqui serão apresentadas as perguntas feitas a cada uma das entrevistadas, suas respostas e uma breve análise sobre cada resposta.

O período de análise dos dados coincidiu com um período de grande tensão política no município, devido à destituição da atual prefeita e a realização de novas eleições. Por estarem se preparando para uma eventual troca de governo algumas entrevistas presenciais se tornaram inviáveis. Devido a diversas tentativas frustradas de marcação das entrevistas com a Secretária e com as diretoras das escolas, foi decidido que o melhor formato para dar prosseguimento à coleta era receber as respostas via e-mail, das questões anteriormente estabelecidas. A única entrevista que foi realizada pessoalmente foi com a bibliotecária, que foi gravada e transcrita.

A entrevista enviada à Secretária possuía seis questões, às diretoras sete questões e a realizada com a bibliotecária dez questões. Todas as questões versavam sobre a relação entre a biblioteca escolar e as escolas do município.

As entrevistas possuíam questões em comum, algumas apesar de não serem idênticas visavam analisar o mesmo ângulo das informações obtidas, embora as respostas se diferenciam tendo em vista as competências e funções diferenciadas.

11.1 Entrevista com a Secretária Municipal de Educação e Cultura

Questão 1) Você tem conhecimento a respeito da Lei nº 12.244/2010?

CS: *Tenho conhecimento da lei*

A primeira questão visa observar o conhecimento do gestor sobre a Lei objeto da pesquisa. A Secretária, infelizmente, optou por não se estender na resposta desta pergunta, entretanto já se obteve a informação de que o presente trabalho pode partir do pressuposto que a SEMEC tem esclarecimento da legislação em vigor sobre a temática Bibliotecas Escolares, o que é de sumária importância levando em consideração que o prazo para adequação da Lei expira em pouco mais de dois anos, em 2020. (BRASIL, 2010).

Questão 2) Como a Secretaria Municipal da Educação percebe a contribuição das bibliotecas escolares para melhoria de desempenho do município em indicadores de educação?

CS: *As bibliotecas escolares são de extrema importância para incutirmos em nossos alunos e comunidade o hábito da leitura, bem como proporcionar aos nossos alunos a pesquisa e o uso das tecnologias.*

A segunda questão realizada para a Secretária busca saber qual sua visão sobre as bibliotecas escolares. A entrevistada ressalta o hábito de leitura, a pesquisa e o uso das novas tecnologias como pontos chave da contribuição das Bibliotecas Escolares para a comunidade escolar.

Santana Filho (2005), destaca o papel da biblioteca escolar em incentivar a leitura, não como um hábito, mas como um momento reflexivo, onde o aluno e o texto conversam, construindo o conhecimento. A preocupação da Secretária com o uso das novas tecnologias se justifica pelo fato de nas escolas da rede municipal, no ano de 2016, 10 das 13 escolas possuírem laboratório de informática, todas possuírem acesso à internet, e apenas uma não possuir banda larga, de acordo com o Censo escolar 2016, disponível no Portal QEdU.

Questão 3) Como a biblioteca escolar pode auxiliar a desenvolver ainda mais o potencial das escolas da rede municipal? E da comunidade escolar?

CS: *Incentivar e fazer projetos de leitura é um dos papéis de nossas bibliotecas e escolas. Percebemos que se o aluno consegue perceber e usufruir com gosto das leituras e da biblioteca escolar, vamos ter uma comunidade leitora e crítica.*

Esta questão busca a visão da Secretária sobre os potenciais da biblioteca escolar. Nela, a entrevistada expressa que projetos de incentivo à leitura são essenciais para formar uma comunidade crítica.

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (UNESCO, 2000).

O Manifesto da Unesco sobre bibliotecas escolares destaca exatamente o ponto que a secretária traz em seu discurso, versando sobre a importância da biblioteca escolar na formação dos cidadãos.

Questão 4) A Rede de Bibliotecas de Ivoti faz parte do Planejamento Estratégico do Município? Em quais aspectos é contemplada?

CS: *Com certeza as redes de biblioteca fazem parte do nosso planejamento. Pretendemos melhorar os espaços, a tecnologia e o acervo de livros de nossas bibliotecas.*

A 4ª questão buscava entender a importância real da Rede de Bibliotecas Municipais, para isso se questionou a respeito do Planejamento Estratégico, solicitando os aspectos em que a Rede seria contemplada neste planejamento, afinal, em um mundo capitalista, se entende que a real importância dada a um determinado assunto é o quanto ele pode estar ligado ao recebimento de recursos.

A Secretária, por sua vez, foi bastante generalista ao responder à questão se referindo mais planejamentos futuros, do que propriamente o Planejamento Estratégico de sua gestão

Questão 5) Você acha que seria importante consolidar diretrizes sobre a atual Rede de Bibliotecas do Município através de um Sistema de Bibliotecas implementado por lei própria para que os avanços não se percam com a alternância das administrações municipais?

CS: *A questão das diretrizes penso ser importante, ligado à um sistema e garantido em lei; porém não conseguimos planejar nada concreto ainda neste sentido, uma vez que, nosso ano foi bastante tumultuado e com questões atípicas.*

Esta pergunta solicitava da entrevistada sua opinião sobre a importância de não apenas realizar um bom trabalho, mas de garantir que este não se perca com a passagem de outros gestores.

Ao longo de sua trajetória, as bibliotecas de escolas públicas ficaram sempre à mercê das trocas e alternâncias de governantes e dependentes de existirem ou não projetos que contemplassem a sua função nas instituições educacionais na comunidade onde estão inseridas. (MORO; ESTABEL, 2011, p. 21).

Por isso a importância da opinião da gestora em relação ao assunto, pois na administração pública, muitos avanços são perdidos por alternância de governos.

CS afirma estar ciente desta necessidade de legislar sobre o tema com esta finalidade, mas salienta que neste primeiro ano à frente da SEMEC não foi possível realizar tal tarefa devido “questões atípicas”. As questões a que se refere CS, é o cenário político da cidade que contou, inclusive com um novo período eleitoral neste ano.

Questão 6) Como gestor, você possui metas em relação às bibliotecas escolares e à educação no município que gostaria de ver atendidas?

CS: *Meu objetivo é melhorar a infraestrutura das bibliotecas escolares, contemplando um melhor espaço, acervo de livros e tecnologia.*

A última questão tinha por objetivo dar espaço para a Secretária expressar suas aspirações com relação às Bibliotecas Escolares, para ao final do estudo direcionar as sugestões de melhorias da atual Rede. Ao responder a questão CS explica que suas metas envolvem a questão física das Bibliotecas Escolares, voltando suas metas para o espaço, o acervo, e a tecnologia.

O que deve ser sempre lembrado é que não apenas do espaço físico é feita uma biblioteca, muito da qualidade da informação que ela proporciona está nos recursos humanos deste espaço.

Se tudo isso, de fato, recai na escola modelar, muito pode contribuir a biblioteca bem organizada e apoiada por bibliotecários que cultivem a imaginação. Principalmente no que se refere aos seus projetos culturais e de intenção cidadã, incluindo, por certo, contribuições do SRI. (MACEDO, 2011, p. 53)

O apoio do profissional bibliotecário e uma equipe bem treinada para auxiliar os alunos e professores em suas buscas são essenciais para o crescimento da biblioteca e da escola em que está inserida. O espaço físico é importante, mas perde sua valia

quando a biblioteca não consegue exercer o seu principal papel que é mediar a informação com alunos, professores e comunidade.

11.2 Entrevista com as Diretoras de Escolas Municipais

Questão 1) Você tem conhecimento a respeito da Lei nº 12.244/2010?

MG: *Sim*

DB: *Não*

SO: *Não tinha conhecimento desta lei*

A primeira pergunta realizada às diretoras escolares foi a mesma realizada à Secretária da Educação do Município. Ela visa obter a informação sobre o conhecimento da Lei da universalização das bibliotecas escolares. As respostas obtidas demonstram que duas das dirigentes não possuíam conhecimento sobre a Lei Nº 12.244/2010, a única diretora entrevistada que possuía conhecimento prévio da Lei foi a da escola da Educação Infantil. O desconhecimento de uma lei que passará a ter seu cumprimento cobrado dentro de dois anos (BRASIL, 2010) é preocupante. Fica clara a necessidade de maior comunicação da SEMEC com as escolas, para que todas tenham conhecimento e trabalhem em prol do cumprimento da legislação.

Questão 2) Como a Escola percebe a contribuição das bibliotecas escolares para os bons índices de desempenho em indicadores de educação?

MG: *Somos uma escola de educação infantil e, desde o berçário até o pré, as crianças tem acesso aos livros. Livros de diferentes tipos, formas, textos, materiais... Assim, acreditamos que a criança cria o gosto pela literatura desde muito cedo o que reflete no seu desenvolvimento como um todo.*

DB: *Na medida em que a biblioteca escolar proporciona o contato direto com o livro e a leitura.*

SO: *Como professora de Português, sei da importância de ter uma biblioteca com livros para diferentes perfis de leitores. Penso também ser importante que os alunos possam retirar livros de acordo com a sua faixa etária leitora, pois mesmo tendo a mesma idade, os alunos gostam e compreendem níveis bem diversificados de leitura. Depende do*

incentivo que tiveram em casa, mas também da qualidade dos exemplares que tiveram acesso na escola.

A segunda pergunta feita às dirigentes escolares tem por objetivo saber qual sua visão, como gestoras da educação, sobre as bibliotecas escolares. MG inicia sua fala explicando que dirige uma escola de Educação Infantil, e salienta a importância da interação com os livros desde o berçário para a formação do gosto pela leitura. DB também indica a relação com os livros a maior contribuição da biblioteca escolar. Para SO a importância de uma biblioteca está em sua diversificação de matérias ao público e à classificação destes materiais por etapas de leitura para, assim gerar o interesse do leitor.

Neste ponto também podemos salientar a necessidade de melhor informar as dirigentes das escolas sobre toda a gama de possibilidades das bibliotecas escolares.

A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula. (OEA, 1985, p. 21-22).

A leitura, certamente, é parte importantíssima da biblioteca escolar, entretanto não é a única contribuição possível da biblioteca escolar. Quando todas as facetas da biblioteca escolar são expostas, sua real importância dentro da unidade de ensino também é revelada. Por isso a capacitação destas equipes diretivas e corpos docentes, também é necessária para a caminhada em prol da valorização da biblioteca escolar.

Questão 3) Como a biblioteca escolar pode auxiliar a desenvolver ainda mais o potencial das escolas da rede municipal? E da comunidade escolar?

MG: *A biblioteca é fonte de pesquisa, informação e entretenimento. Assim, a biblioteca, sendo vista dessa forma, auxilia os alunos e comunidade a ampliar seu repertório cultural. Mas não basta ela existir se não houver o interesse em buscar o que uma biblioteca tem a oferecer, uma vez que a internet oferece uma infinidade de informação e diferentes tipos de leitura também, e com um acesso muito fácil e prático.*

DB: *Através de acervo diversificado, organizado e acessível aos alunos e à comunidade (pais, professores e funcionários) e da realização de ações que estimulem a prática da leitura.*

SO: *Nossa comunidade tem o hábito de pedir para que os filhos retirem livros para que possam continuar tendo o hábito da leitura. É muito importante pensar maneiras de continuar incentivando as famílias a ler. Nossa comunidade também se caracteriza pela religiosidade, inclusive as vezes exagerada ou preconceituosa. A leitura é algo fundamental para que possam rever alguns conceitos e refletir sobre algumas crenças.*

Esta pergunta foi realizada no intuito de analisar como as dirigentes das escolas observam os potenciais da Biblioteca Escolar. MG inicia sua fala salientando a biblioteca com o um espaço de pesquisa, informação e entretenimento, para ela a valorização da biblioteca como um espaço onde a comunidade pode ter acesso à cultura é essencial, entretanto ela chama atenção para as facilidades da internet em contraponto com os serviços da biblioteca.

Para DB a diversificação do acervo, sua organização, facilitando o acesso, tanto aos alunos como à comunidade, e a realização de projetos de leitura são potencialidades a serem desenvolvidas. De acordo com SO a comunidade em que sua escola está inserida valoriza a leitura, e traz como fator que pode ser desenvolvido este envolvimento das famílias com a leitura, além de trabalhar na comunidade questões sobre preconceito.

Além dos fatores levantados pelas diretoras, ainda podemos destacar como uma potencialidade da biblioteca escolar o desenvolvimento cultural da unidade em que está inserida.

Os espaços das bibliotecas agem como dispositivos produtores de sentidos. Esses dispositivos incluem elementos como as intervenções, as técnicas, os suportes, as práticas, as linguagens, como também questões que envolvem o patrimônio histórico e cultural, a memória local, as identidades culturais, o multiculturalismo, as necessidades culturais e artísticas. Nessa ordem cultural, os acervos, os públicos, as práticas e as missões, cobrem de complexidades as áreas da mediação cultural. (RASTELI; CALDAS, 2017)

Além disso é através do diálogo cultural proporcionado pela biblioteca que situações de preconceito, como cita SO, podem ser trabalhados e eliminados.

Questão 4) Você considera importante o planejamento e execução de projetos de leitura e de pesquisa escolar pela biblioteca da escola? Por quê?

MG: *Os projetos de leitura e pesquisa são importantes ferramentas quando têm objetivos coerentes e interessantes para as diferentes faixas etárias dentre de uma escola. Não basta existirem projetos se o aluno não gosta de ler, ou se o assunto a ser pesquisado não atrai o estudante.*

DB: *Sim, fundamental a realização de atividades eventuais ou permanentes que estimulem a leitura, tais como parada de leitura, sacola de leitura, circuito literário, semana literária, feira do livro, presença de escritores, exposições de trabalhos, hora do conto, momentos diversos de leitura, pois essas e outras tantas atividade ajudam a impulsionar o hábito e gosto pela leitura. Penso que a maior dificuldade está em estimular a pesquisa em livros, pois hoje os alunos se voltam mais para a pesquisa na rede mundial de computadores.*

SO: *Temos 20 min de leitura todos os dias. É impressionante como tivemos resistências no começo, mas neste ano quando questionamos os alunos, todos pediram para que continuasse a ter este projeto. Percebemos no vocabulário, nas opiniões orais e por escrito, que estão ampliando seu campo de conhecimento.*

A quarta pergunta realizada às diretoras versa sobre a importância dos projetos de leitura e pesquisa escolar serem realizados em parceria com a biblioteca escolar. Para MG os projetos de leitura são importantes e devem possuir objetivos traçados de acordo com faixas etárias. Entretanto, para a diretora, se os alunos não gostarem de ler ou a pesquisa não for atraente, tais projetos não possuem serventia. DB coloca como fundamentais os projetos, tanto sazonais quanto regulares, de leitura, contribuindo, inclusive com sugestões de projetos. Ela foca a pesquisa referida na pergunta como pesquisa em livros, e diz ser este um desafio devido às novas tecnologias. Já SO utiliza um exemplo dentro de sua escola para demonstrar a importância de um projeto de leitura.

As diretoras focaram seus discursos nos projetos de leitura, provavelmente por entender que este seja o maior papel da biblioteca como citam na questão de nº 2. A promoção do gosto pela leitura é importante para que o aluno desenvolva a sua leitura crítica, que o auxiliará em toda sua vida, para Neves (2011, p. 20):

Desta forma, a leitura constitui-se no meio mais efetivo que o estudante dispõe para assumir uma postura crítica em relação à realidade em que se situa, tendo como contraponto as diferentes realidades que lhe são apresentadas como resultado da diversidade de ideias ou de informações que lhe são disponibilizadas.

Mas não apenas a leitura é importante no desenvolvimento do cidadão, a pesquisa escolar é essencial para o desenvolvimento deste pensamento crítico. A pesquisa deve ser lembrada por ir muito além do trabalho avaliativo.

Apresenta, dentre os princípios básicos auxiliar o aluno a estudar com independência, planejar, conviver e interagir em grupo, aceitar as opiniões dos outros, usar adequadamente a biblioteca, utilizar as fontes de consulta, desenvolver o pensamento crítico e o gosto pela leitura, adquirir autonomia no processo de conhecimento, aprender a trabalhar colaborativa e cooperativamente, entre outros. (MORO; ESTABEL, 2004, p. 1)

Através destes princípios fica mais fácil perceber a importância da pesquisa escolar para a educação como um todo. Talvez este deva ser outro item a constar em uma possível capacitação das equipes das escolas.

Questão 5) Atualmente, quais seriam os pontos fortes e fracos da biblioteca escolar inserida nesta escola?

MG: *Acredito que temos mais pontos fortes do que fracos em relação a nossa biblioteca. Ter um espaço organizado e bonito com uma diversidade de títulos e tipos de livros como temos em nossa biblioteca, atrai nossas crianças que gostam de frequentar a mesma, podendo manusear e “ler” as histórias que desejam. Além disso, o dia da retirada para levar para casa é uma festa para todas as crianças.*

DB: *Ponto forte: Acervo rico, diversificado e bem conservado, atualizado anualmente. Ponto fraco: Falta de profissional efetivo e habilitado para trabalhar na biblioteca, prejudicando o trabalho pedagógico e a continuidade do trabalho, como a organização e o controle mais efetivo do acervo.*

SO: *Temos 2 bibliotecárias que gostam dos alunos e incentivam a leitura, inclusive deixando a biblioteca aberta na hora do recreio. Estou tentando comprar livros novos e atuais conforme sugestões trazidas pelos alunos. Também temos um projeto de leitura*

que organiza propagandas de livros, teatros, atividades lúdicas. Também tivemos uma mostra de trabalhos sobre a importância da leitura.

Apesar disso, penso que nossa biblioteca ainda conta com muitos volumes que há muito tempo não são lidos e que os professores usam pouco este espaço.

A quinta pergunta tem por objetivo verificar os pontos fortes e fracos das bibliotecas escolares inseridas em suas escolas a fim de montar um panorama sobre o que está dando certo e errado nestes espaços, para posteriormente, propor mudanças pontuais.

MG não traz nenhum ponto fraco, elogiando o espaço da biblioteca escolar que, segundo ela, é bastante atrativo e faz sucesso com seus alunos.

DB traz como ponto forte a qualidade do acervo, mas como ponto fraco a falta de um profissional efetivo e habilitado no espaço, salientando que a falta deste profissional prejudica o trabalho pedagógico e dificulta a continuidade da organização e controle do acervo.

Em contrapartida, SO demonstra como ponto positivo possuir duas profissionais bibliotecárias em sua escola, que incentivam a leitura dos alunos, segundo ela, deixando a biblioteca aberta durante o período do intervalo das aulas. Como ponto fraco ela cita a falta de uma política de seleção no local.

Devido o conflito das informações entre DB e SO, foi consultado o setor de Recursos Humanos da prefeitura, que explicou haver apenas uma bibliotecária trabalhando no Município, lotada na biblioteca pública, a mesma que também é sujeito desta pesquisa. As duas bibliotecárias a que se refere SO são duas estagiárias, estudantes de ensino médio, com cerca de 15 anos de idade. Cabe salientar que nas Leis Nº 4.084 (BRASIL, 1962, art. 1º) e Nº 9.674 (BRASIL, 1998, art. 1º, parágrafo único), temos indicações de que a designação “Bibliotecário” é privativa aos bacharéis em Biblioteconomia, bem como somente serão Bibliotecários aqueles que possuírem diplomação em Escolas de Biblioteconomia, à nível de graduação (BRASIL, 1962, art. 2º e art. 3º), (BRASIL, 1998, art.3º). O Setor disse que em contato com a diretora já solicitou que não seja utilizada a nomenclatura de bibliotecário e de professor, para os estagiários, ensino médio e de pedagogia respectivamente, sem sucesso.

É importante destacar que o bibliotecário é peça chave dentro do ambiente escolar para a correta gestão de uma biblioteca, a legislação específica que apenas é bibliotecário o profissional bacharel em biblioteconomia (BRASIL, 1962), além de ser exclusivamente dele a atribuição de direção de uma biblioteca. Os problemas com pessoal, citados por DB, poderiam ser resolvidos com a criação do cargo de auxiliares em biblioteca ou, em melhor hipótese, técnicos em biblioteconomia, que prestariam o atendimento nas escolas, sempre sob a coordenação de um bibliotecário. Enquanto tais cargos não são criados uma opção pode ser o que apresenta no projeto de lei, um professor deslocado com treinamento dado pelo bibliotecário, para a área (BRASIL, 2012)

Questão 6) Você acha que seria importante consolidar diretrizes sobre a atual Rede de Bibliotecas do Município através de um Sistema de Bibliotecas implementado por lei própria para que os avanços não se percam com a alternância das administrações municipais?

MG: *Concordo que poderia haver mais recursos destinados à aquisição e renovação do acervo, uma vez que a grande parte dos livros que temos em nossa biblioteca foram adquiridos com recursos próprios.*

DB: *Penso que as bibliotecas da rede municipal devem ter uma administração municipal, com profissionais efetivos e habilitados em cada espaço, com projetos pedagógicos e recursos para renovação do acervo e manutenção do espaço. Políticas públicas que proporcionem melhorias nas bibliotecas escolares são sempre bem-vindas.*

SO: *Concordo sim, pois um dos objetivos da escola é tornar os alunos “cidadãos do mundo”. E esse sistema fará parte da vida deles.*

A pergunta de número seis, feita às diretoras, fala sobre a importância de legislar sobre a Rede de Bibliotecas Municipais para manter o andamento do trabalho independente da gestão e garantir políticas orçamentárias e de pessoal.

MG acredita que uma política é necessária principalmente no que tange a conquista de recursos pois, atualmente, a maior parte do material adquirido pela escola é através de recursos próprios.

DB também defende a criação de um Sistema, salientando a necessidade de as bibliotecas nas escolas serem administradas pelo município e com profissionais qualificados, que estas bibliotecas participem nos projetos pedagógicos, além da captação de recursos para desenvolvimento do acervo e melhorias no ambiente das bibliotecas.

SO também é favorável à criação de um Sistema pois, para ela, ele fará parte da vida dos alunos de sua escola.

A importância de manter um Sistema que esteja regulamentado em legislação própria no município pode ser percebida na história do SEBE, onde vemos que sem a garantia legal, por decisão arbitrária de um governante todas as bibliotecas escolares da rede estadual foram fechadas. (MORO; ESTABEL, 2011) . Analisando pelo prisma da administração, a continuidade é fundamental para a consolidação do trabalho, além de garantir na legislação pontos que devam ser obedecidos em todas as gestões, como orçamento e política de pessoal. (UNESCO, 2000).

Questão 7) Como gestor, você possui metas em relação às bibliotecas escolares e à educação no município que gostaria de ver atendidas?

MG: *Minhas metas enquanto gestora estão sendo concretizadas: ter um espaço que pudesse ser visto realmente como uma biblioteca; ter mobiliário adequado para expor e guardar livros; ver que as professoras realmente usam esse espaço e que desde bebês as crianças têm a oportunidade de ter contato com os livros.*

DB: *Sim, várias. Entre elas a qualificação do espaço (recursos humanos e materiais) e a realização de projetos de incentivo à leitura.*

SO: *Metas específicas não, mas enquanto profe, o que estiver ao meu alcance para melhorar este espaço, farei.*

Assim como no questionamento feito à Secretária, esta pergunta visava determinar os desejos das dirigentes frente às suas escolas, para posteriormente auxiliar na construção de uma proposta para melhorias da qualidade da Rede de Bibliotecas Municipais. MG aponta que suas metas estão sendo alcançadas, a implantação do espaço da biblioteca e o devido uso do acervo pelos professores e alunos desde a mais tenra idade. Para DB as principais metas são a qualificação do

ambiente e dos profissionais que atendem no espaço, e também a realização de projetos de leitura. Já SO diz não possuir metas com relação à biblioteca escolar, mas se coloca à disposição para melhorias no espaço.

A qualificação do espaço é bastante importante, inclusive para que a biblioteca seja um local atraente aos estudantes, atualmente, nenhuma das bibliotecas da rede conta com equipamentos de ar condicionado, nem mesmo a biblioteca pública, além disso, a presença de equipamentos de informática, aumento do número de tomadas (para uso de notebooks, por exemplo) e pontos de wi-fi livre também são necessários para melhorar a experiência do usuário na biblioteca.

Muito além do espaço também devemos pensar no pessoal que presta o serviço de atendimento nos espaços, naturalmente, o profissional ideal sempre será um bibliotecário, é necessário lembrar também da figura do técnico em biblioteconomia que possui larga competência para a atuação nas escolas, fazendo parte do seu currículo de formação atividades como a contação de histórias e desenvolvimento de projetos de leitura, entretanto, dificilmente uma prefeitura está disposta a fazer tal investimento em sua educação. Como paliativo podemos ter um profissional bem treinado por um bibliotecário, em constante atualização e motivado pode prestar este atendimento. É necessário que os gestores da educação realizem uma discussão com o bibliotecário do município para chegar ao melhor resultado custo/benefício para este serviço que é de extrema importância.

Ainda assim todos estes fatores se tornam pouco importantes quando biblioteca e escola não trabalham em conjunto.

A integração da biblioteca na escola requer mudança na organização do ensino. Assim a biblioteca passa a fazer parte do dia-a-dia da escola e integra o planejamento das atividades escolares. Requer um projeto pedagógico onde a formação autônoma do aluno seja valorizada através de recursos, além da aula expositiva. (SERAFINI; ZANOTTO, 2011, p.82).

É necessário um esforço para que as bibliotecas integrem as políticas pedagógicas das escolas, trazendo o aluno como um agente do seu aprendizado, e colocando as bibliotecas escolares como centro deste processo, para que estes espaços possam ter seu valor reconhecido por toda a comunidade escolar.

11.3 Entrevista com a Bibliotecária

Questão 1) Qual a contribuição da vigência da Lei nº 12.244/2010 no âmbito das bibliotecas escolares?

MC: *Eu acho que lei não adianta em nada, infelizmente, no país. Eu acho que tem muita lei bonita, e a gente é um dos países que mais tem legislação, e se fosse cumprida seria perfeito.*

Aqui na cidade nós temos uma realidade diferente da maioria dos lugares, porque toda escola, em Ivoti, tem uma biblioteca. Isso não é uma coisa que foi por causa da lei de 2010. Isso é uma coisa que existe há muito mais tempo, não sei se é uma coisa da cultura alemã.

[...] pode não ter uma organização de uma biblioteca, como a gente faz, no sentido de sermos bibliotecários, mas eles têm seu acervo, que as crianças vão lá e consultam, gostam de ler, de mexer. Então eu acho que Ivoti ela tem essa característica, não sei se é mais cultural, mas ela acredita mais nessa parte de literatura.

Eu acho que infelizmente, no Brasil, tem que ser criada uma lei para que as escolas se deem conta que é fundamental ter uma biblioteca nas escolas. Para mim a biblioteca é suporte na educação, não vejo ela como um gasto, eu vejo ela como um suporte e um investimento. [...]

E aí eu acho que eles tiveram que fazer essa lei para que muitas cidades se dessem conta dessa importância. Pela lei diz que até 2020 deveria ser obrigatório, assim como a LDB dizia que em 20 anos todo professor deveria ter formação superior, e isso não aconteceu. Por isso que eu quero te dizer assim, as leis são muito legais, mas elas não são muito aplicadas, talvez se previsse alguma multa... Mas ela só sugere que seja feito e que tenha um título por aluno, e deixa aberto para que a escola ou a unidade de ensino faça como vai elaborar o crescimento do acervo. É um avanço, é. Mas eu não sei se algum dia será totalmente cumprida.

A primeira pergunta realizada à bibliotecária difere um pouco das perguntas realizadas às demais gestoras, pois parte do pressuposto que como profissional da área e atuando junto às bibliotecas escolares ela já deveria ter conhecimento sobre tal legislação. Para tanto o foco foi modificado para como a profissional observava a

contribuição da Lei no cenário atual das bibliotecas escolares. Antes de iniciar a gravação MC pergunta se poderá ser totalmente realista, após confirmar que sim é iniciada a gravação. MC, logo no primeiro momento já traz este primeiro relato que mostra a dura realidade das bibliotecas escolares e da própria Lei Nº 12.244/2010. Ela afirma que apesar da cidade estar adequada à legislação, não foi por causa dela que tal fato aconteceu, mas sim que as bibliotecas são um “costume” do município. Além disso, apesar de serem chamadas de biblioteca e possuírem os livros classificados, catalogados e indexados, elas não estão organizadas pois, devido a sobrecarga de trabalho e a falta de autonomia concedida pela SEMEC, MC não consegue supervisionar a organização dos espaços. As estagiárias responsáveis pela colocação dos materiais nas bibliotecas recebem treinamento para organizá-los, mas devido a falta de supervisão, chegando no local organizam como imaginam que devam fazer, ou como a diretora da escola solicita.

Para MC, a Lei seria efetiva se previsse a aplicação de multa em caso de descumprimento, além disso, devido à realidade do município, ao relatar o número de exemplares exigidos, deixa claro em sua expressão que um título por aluno é uma meta muito simbólica.

A universalização da biblioteca escolar, conforme determina a Lei 12.244/10 não é apenas um marco legal, mas sobretudo um ideal a ser reafirmado com a aplicação da lei, por meio da criação de bibliotecas inseridas no projeto pedagógico das escolas, com funcionamento adequado, congregando alunos, professores e comunidade em geral.

De fato apenas a legislação não é o suficiente para conscientizar governantes e gestores, a respeito das bibliotecas escolares. Será necessário um longo caminho através de campanhas que demonstrem a utilidade de uma biblioteca para o ensino, e que a sociedade de maneira geral perceba esta importância e possa cobrar dos seus representantes. Assim como MC acredita, a Lei é um avanço, mas será necessária muita mobilização para que as garantias legais sejam efetivamente cumpridas.

BIB: Questão 2) Como a Escola percebe a contribuição das bibliotecas escolares para os bons índices de desempenho em indicadores de educação?

MC: *Eu não sei se a escola em si percebe. [...] Então, no exterior é visto muito isso, essa questão da biblioteca. No Brasil, não, eu não sei se a escola consegue enxergar isso tão bem quanto deveria, no sentido da escola, quando ela tem atendimento, pode até nem ser bibliotecário, pode ser um professor, mas um professor que está engajado, não aquele professor que está em fim de carreira, que não tem mais saco pra ficar em sala de aula, ou aquele funcionário que não tem mais paciência pra nada, aí eles tocam pra biblioteca. Mas aquela biblioteca onde ela está atualizada onde ela está modernizada, onde ela vai ao encontro do que o professor quer, do que o aluno quer, eu acho que ela ajuda muito. Foi como eu te falei, ela é suporte, ela faz esse papel de ser o coadjuvante junto com o professor e o aluno no crescimento. E a gente percebe que sim, quando há esse envolvimento [...] se a biblioteca ela está engajada junto com a escola, ela desenvolve, ela melhora a educação. Agora se a biblioteca é um acúmulo de coisas numa estante, não, ela não influencia em nada na educação, porque ela é tratada como um nada e ela não exerce papel nenhum nessa educação [...]*

A segunda pergunta procura saber a visão da bibliotecária sobre o engajamento das escolas em relação às suas bibliotecas, MC afirmou não ter certeza se as escolas conseguem perceber a real contribuição de uma biblioteca para o ensino.

Ela retoma, imaginando como a biblioteca escolar deve ser para ser percebida, destaca que o atendente não precisa ser necessariamente um bibliotecário, mas alguém que esteja engajado com a proposta da biblioteca. A coleção deve ser atualizada e o espaço moderno, além de estar integrada com o projeto pedagógico da escola. Assim sendo, a biblioteca, se torna um suporte para a educação, atuando em conjunto com professores e alunos.

De acordo com MC, quando tudo isso acontece, há o envolvimento com a biblioteca que, juntamente com a escola melhora a educação. Porém quando a biblioteca não possui organização e gerenciamento, acaba sendo tratada como insignificante e assim é vista pela comunidade escolar.

É possível que o reconhecimento da biblioteca escolar não seja tanto quanto o esperado por, como se percebem nas demais entrevistas, a escola valorizar apenas uma das muitas facetas da biblioteca escolar. No Manifesto da Unesco, sobre bibliotecas escolares (2000) temos que “A biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo

de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural.” Assim sendo, as bibliotecas escolares, com gestores atentos, devem estar reconhecidas como vitais para o desenvolvimento escolar.

BIB: Questão 3) Como a biblioteca escolar pode auxiliar a desenvolver ainda mais o potencial das escolas da rede municipal? E da comunidade escolar?

MC: *Eu acho que as bibliotecas, no momento em que elas começarem a ficar mais organizadas. Nós temos esse problema aqui, e eu vejo muito isso [...] Temos esse problema que não há continuidade no serviço, e as gurias [estagiárias de ensino médio que trabalham nas bibliotecas escolares] caem de paraquedas, então elas não sabem como funciona uma biblioteca. O que acontece? Há muita perda financeira, perda de material, de organização, tempo, não há a criação de atrativos para que os adolescentes e as crianças, os professores não sabem que existem determinados materiais. Mas eu acho que se a biblioteca escolar estiver engajada no processo ela ajudaria sim.*

A terceira questão foi realizada a todas as entrevistadas, e busca saber a visão de cada uma sobre como a biblioteca escolar pode contribuir para o desenvolvimento da educação no município. MC já havia dissertado um pouco sobre os ideais de uma biblioteca escolar para desenvolver a educação, aqui ela foca na questão da organização do acervo e, com isso, na necessidade de profissionais mais comprometidos com as bibliotecas escolares. Salientando que devido à pouca experiência, falta de gerenciamento e alta rotatividade provocam perdas financeiras e não adquirem experiência para desenvolver projetos que poderiam auxiliar na promoção dos espaços.

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros. (UNESCO, 2000)

Para a organização do acervo, o bibliotecário é fundamental em uma rede de bibliotecas, além disso, como explica a Unesco, é necessário o apoio de uma equipe

especializada. O bibliotecário possui competência para dar treinamentos aos profissionais que farão atendimento nas bibliotecas, bem como orientá-los na guarda e conservação dos materiais. Esta responsabilidade que hoje é, em grande parte orientada pelas direções das escolas, que já possuem outras tarefas para as quais suas formações às tornam mais competentes. Deve ser realizada por um profissional que possui formação específica para a área, no caso o bibliotecário, resultando, inclusive, em maior aproveitamento dos recursos investidos, pois muito se perde em um acervo desorganizado e com estado de conservação precário.

Questão 4) Você considera importante o planejamento e execução de projetos de leitura e de pesquisa escolar pela biblioteca da escola? Por quê?

MC: *Sim. Eu vejo assim, quando existe um projeto pelo professor, pode ser desenvolvido pela biblioteca, mas normalmente ele tem que ser trabalhado junto com o professor, em parceria. Se o professor diz assim “Vai lá na biblioteca vê o que tu acha”, e não avisou na biblioteca, pra gente poder se preparar, separar o material, ver o que tem, o que não tem, dizer pro professor, avisar isso, complica. Mas quando tem esse trabalho junto com o professor “vamos fazer um trabalho de leitura sobre determinado autor” ou “vamos fazer de tantas obras” aí começa a trabalhar pesquisa o que foi o que ele escreveu, quais as obra e tal. A gente vê que isso vai melhorando. A biblioteca ajudou no papel que ela está informando, está passando a informação a leitura, ou as coisas que ele precisava fazer e saber, enfim. E o professor ele direcionou, se tu deixa tudo muito voando, qualquer um vai ao Google e acha, mas se tu direcionar a pesquisa, acho que isso funciona sim, e acho que é fundamental o planejamento dos professores junto com a biblioteca.*

A pergunta de número quatro chamava a tenção para os projetos de leitura e para a pesquisa escolar, MC se ateuve a questão da pesquisa escolar, pontuando com exemplos que o trabalho de pesquisa deve contar com uma coordenação do professor, e que este deve atuar em conjunto com a biblioteca para que o aluno obtenha sucesso em suas pesquisas. Segundo ela, caso contrário, a pesquisa acaba voltando a velha forma de copiar trechos dos sites de pesquisa.

É justamente esta sistematização da pesquisa que faz com que o aluno desenvolva suas habilidades em torno do pensamento crítico.

[...]é necessário que as etapas de desenvolvimento sejam orientadas pelo professor e seguidas pelos alunos e bibliotecários, quanto à seleção do assunto, estratégias de busca e identificação das fontes, planejamento do trabalho, seleção e coleta de informações, organização das referências consultadas, organização dos registros para apresentação do trabalho (oral ou escrito). (MORO; ESTABEL, 2004).

Pesquisa escolar não é apenas copiar, mas consultar diversas fontes, confrontá-las e expandir o próprio raciocínio, construindo o conhecimento.

Questão 5) Atualmente, quais seriam os pontos fortes e fracos das bibliotecas escolares nas escolas municipais de Ivoti?

MC: *A realidade não mudou muito nesses 10 anos, elas não evoluíram muito no jeito de pensar a biblioteca. As bibliotecas escolares têm mais essa coisa, como a biblioteca pública, ela é mais para distração, mais uma leitura de prazer, poucos vem olhar na pesquisa porque o acervo em si é desatualizado. Nas bibliotecas escolares o acervo está direcionado para os professores, no sentido de eles terem a parte da didática, e a parte da literatura está direcionada para as crianças. Um ponto forte é que são bibliotecas grandes, não no sentido físico, porque é uma sala. Isso é um ponto fraco e forte ao mesmo tempo, porque as crianças não têm como ficar na biblioteca juntas, porque o espaço é pequeno então não tem como uma turma ficar ali dentro, em uma aula de leitura, por exemplo. [...] O forte é que o acervo na parte da literatura é muito bom, elas não são bibliotecas gigantes, mas têm em média 5, 6 mil itens, e é bastante se tu for pensar pelo número de alunos, e tem uma qualidade boa, eles investem todo ano na feira do livro e outros momentos.*

- Mas isso são as escolas que compram?

As escolas que compram

- A SEMEC não investe na compra de livros?

Ela investe, não muito, mas esse ano ela investiu na educação infantil [...]

- Eles variam os investimentos?

É, a ideia era essa, se continuar o mandato, foi o que me disseram, que esse ano eles deram [livros] pra educação infantil e ano que vem eles iam dar pro ensino fundamental. [...]

Mas não tem uma verba específica pra isso.

O ponto fraquíssimo é a rotatividade, pelos funcionários serem todos estagiários. Aí são gurias que tem praticamente a mesma faixa etária de quem é aluno, aí elas não conseguem ter nem postura, nem força, nem vontade de fazer um grande papel, infelizmente.

A quinta questão trata dos pontos fortes e fracos das bibliotecas escolares, na concepção da entrevistada. MC trouxe o acervo de literatura das bibliotecas como um ponto forte, pois muitas delas têm coleções com mais de 5 mil títulos e, também, investem frequentemente na sua renovação. De acordo com a bibliotecária a SEMEC pretende direcionar recursos para aquisição de livros em anos intercalados para as tipologias de escolas, mas os maiores investimentos em acervo vêm das escolas com recursos próprios. Como ponto fraco ela indica os pequenos espaços em que se encontram as bibliotecas e, principalmente, a situação atual dos atendentes das bibliotecas, que possui um corpo funcional composto por adolescentes na faixa etária dos 15 anos, que realizam estágio nas instituições.

Como já ressaltado anteriormente uma equipe de pessoal própria para a biblioteca é essencial para o bom andamento dos trabalhos. Além disso, MC relata que muitas escolas possuem até mais 5 mil títulos, como não existe uma política de desenvolvimento de coleções, ou mesmo uma política de seleção, o questionamento é sobre qual a qualidade destes títulos disponibilizados pelas bibliotecas.

BIB: Questão 6) Como se realiza o processo de gerenciamento nos serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares do município de Ivoti?

MC: *Na verdade hoje em dia quem coordena é a própria escola, a gente pode auxiliar. Como é feito o cadastro centralizado aqui na biblioteca pública, a gente faz essa parte, porque não era antes. Antes do sistema, lá por 99 o acervo era só a Pública, cada escola tinha a sua organização. Aí foi adquirido esse software, lá em 2006, e cada uma tinha um acesso e cadastrava do seu jeito e aí virou uma bagunça, [...] quando o Edson*

[primeiro bibliotecário no quadro efetivo do município] veio pra cá, e eu voltei como autônoma, aí conseguimos que ficasse centralizado, e que só o bibliotecário fizesse.

Depois foi feito todo um trabalho de unificar acervo, que era muito complicado, hoje ainda é muito ruim, mas era muito pior. A ideia surgiu a partir que biblioteca pública fizesse isso, mas nessa parte é difícil porque só tem um bibliotecário, e são muitas escolas, e tem mais a biblioteca pública. O ideal seria ter mais um bibliotecário para ser responsável pelas bibliotecas escolares, para que pudesse ajudar nesse processo de gerenciar as bibliotecas, de cuidar das coisas, porque acabo por só catalogar. Porque não dá tempo de ir nas bibliotecas, ajudar, fazer as coisas, porque na verdade só se consegue fazer um bom trabalho quando se está dentro da biblioteca.

Principalmente porque se está sempre formando pessoas que não vão ficar. Esse ano já foram feitos dois cursos de formação.

Se houvesse mais um bibliotecário eles poderiam dividir escolas e o gerenciamento.

A pergunta seis busca entender o processo de gestão das bibliotecas escolares, MC esclarece logo de início que, como bibliotecária, não possui espaço nessa área. O que consegue fazer é padronizar a classificação, catalogação e indexação, adaptando às realidades de cada escola. Entretanto a gestão em si é realizada pelas escolas, o que muitas vezes faz com que a classificação não seja respeitada e a biblioteca escolar se mantenha desorganizada. Ela aponta que há menos de 10 anos o serviço de catalogação foi centralizado na biblioteca pública, e com a admissão do primeiro bibliotecário para o quadro funcional, que apenas ele fosse responsável por esta parte do serviço.

MC ressalta que o processo de gestão efetiva da rede, no momento atual, nem poderia ser feito pela bibliotecária devido ao acúmulo de serviço, sendo apenas uma profissional para classificar, indexar e catalogar todo material das 13 escolas e da Biblioteca Pública. Segundo ela, se houvesse mais um profissional, com a divisão da carga de trabalho, a gestão das bibliotecas escolares poderia passar para os bibliotecários. Além disso, o pessoal que recebe treinamento possui larga rotatividade, como já citado antes, MC está no cargo há 7 meses e informa que nesse período já precisou capacitar a equipe duas vezes.

A Secretaria acredita que cumpre o respeito à profissão de bibliotecário ao centralizar apenas o serviço de catalogação, mas legislação atribui ao bibliotecário outros serviços.

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, 1962)

Entretanto no artigo 7º esta Lei traz as atividades que devem ser prioritariamente dos bibliotecários, nele, no inciso “e” traz o seguinte texto “e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas.” (BRASIL, 1962) Aqui podemos ressaltar quando MC cita que devido ao grande volume de trabalho, não poder se dedicar a tais planejamentos. Pois busca obedecer ao inciso “e” do artigo 6º, que diz ser obrigatoriamente do bibliotecário a função de classificação e catalogação.

Já na Lei Nº 12.244/2010 é claro que tais políticas são necessárias para a adequação, principalmente o desenvolvimento das coleções das escolas do município.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

A própria SEMEC se omite no que diz respeito ao parágrafo único do artigo segundo desta lei, pois ela deve instituir as políticas criadas pelo bibliotecário que deve coordenar a rede, tanto no que tange o acervo, quanto a organização, guarda e preservação.

Questão 7) Você acha que seria importante consolidar diretrizes sobre a atual Rede de Bibliotecas do Município através de um Sistema de Bibliotecas implementado por Lei

própria para que os avanços não se percam com a alternância das administrações municipais?

MC: *Sim, isso seria fundamental, é uma das coisas que a gente conversa desde que a gente tá aqui que, na verdade, até teve o apoio da SEMEC e a gente tentou fazer, mas até nem sei a que ponto está, que era para fazer pelo menos o Regimento, pois nem Regimento tem na biblioteca pública.*

Era para ter um Regimento das bibliotecas pública e escolares, foi feito tudo direitinho e escrito isso, mas foi para a parte da procuradora e como ela saiu ainda não se sabe como foi dado prosseguimento.

A SEMEC tem esse, eu não sei se por Ivoti ser uma cidade pequena, mas ainda é tudo feito “como se fazia”, como naquele modelo “sempre foi assim”, mas o “sempre foi assim” vai mudando, cada um fala uma coisa, vai mudando. Acho que seria muito importante se houvesse uma legislação, porque existe a lei da criação da biblioteca pública, mas não existe nenhuma outra lei sobre ela. Não existe lei sobre multa, não existe lei, no sentido do Regimento, de cobrança da multa, das devoluções, dos parâmetros.

Seria muito importante se conseguíssemos fazer isso, mas ainda não sei, porque por mais que eu conheça as pessoas, nem a rede está bem implementada ainda, na verdade nem a rede foi criada, a gente diz que existe mas ainda não existe nenhum documento formalizando isso. A gente só colocou isso porque possuímos um sistema que gerencia catalogação, o catálogo das bibliotecas, mas elas não trabalham numa rede no sentido de que a multa é a mesma de uma escola, a quantidade de materiais é igual em outra, cada uma tem as suas peculiaridades. Claro que uma rede pode ter cada uma das suas peculiaridades.

Uma das coisas boas, que era a ideia dessa Secretária, era para que houvesse funcionários na biblioteca e isso ajudaria muito, aí sim poderíamos dar um treinamento efetivo e fazer um trabalho contínuo, contigo sabendo que o contrato não vai terminar daqui 6 meses, daqui um ano, e que seria normalmente uma pessoa de mais idade, não adolescente de 15 e 16 anos.

Na sétima pergunta pretende-se saber a opinião da bibliotecária sobre a criação de um Sistema de Bibliotecas Escolares, como alternativa para consolidar o trabalho

das bibliotecas, para que este não se perca com a alternância dos governos municipais. MC diz ser de fundamental importância legislar sobre o fato e ainda explica a atual situação da Rede de Bibliotecas Municipais. Ela esclarece que a Rede através de atos oficiais, não existe, o que existe é uma rede que compartilha um mesmo catálogo. O regimento da Biblioteca Pública, é uma conquista nessa nova gestão da SEMEC está com tramitação travada devido a todos os problemas políticos que houveram na cidade nos últimos meses.

A importância da instituição de um Sistema pode ser verificada quando se observa história da criação do SEBE (MORO; ESTABEL, 2011), onde todo um trabalho foi perdido por conta de atitudes unilaterais de um governador que decidiu fechar toda a rede de bibliotecas escolares do Rio Grande do Sul, sendo necessária uma grande mobilização dos profissionais das bibliotecas, reunindo grandes nomes da sociedade gaúcha, e o povo do estado que pressionou o governo e conquistou a criação do SEBE.

Para MC a Secretaria possui, ainda, um pensamento antigo de não oficializar os procedimentos, entretanto ela afirma que a atual gestão têm dado sinais de mudança. Outra conquista que MC acredita que possa ocorrer em breve é o projeto de criar um cargo no quadro funcional de auxiliares de biblioteca, que farão o atendimento nas escolas, e que por serem funcionários de carreira, ela espera, tenham maior engajamento com as bibliotecas e que os treinamentos possam evoluir para prestação de serviços cada vez melhores.

Questão 8) Qual a importância de um bibliotecário na coordenação de um Sistema de Bibliotecas Escolares?

MC: *Acho que quando tu tem um bibliotecário na biblioteca a coisa continua mesmo que tu não esteja mais lá. Para mim a importância hoje é essa, porque nós não somos insubstituíveis. Então é fundamental que as pessoas consigam se achar, tanto o nosso usuário quanto a pessoa que for ficar no teu lugar. Então eu acho que o bibliotecário consegue fazer isso, não só porque nós somos técnicos nessa parte de fazer cadastros, mas principalmente porque a gente tem essa forma de organização, tem uma lógica a partir de uma ideia, tem uma fundamentação do porquê ser assim, e a coisa flui. Quando não é, a gente percebe isso, porque é feito da cabeça de uma*

peessoa que desenvolveu uma forma de fazer, e quando aquela pessoa sai a outra que chega não sabe o que fazer.

Então, o papel do bibliotecário tem muito disso, assim que organizar as coisas, organizar a informação. [...] Eu acredito no papel do bibliotecário nesse aspecto, não só da gente ficar sentado e cadastrando livro, colocando na estante, o que também não é ruim, é bom, faz parte do nosso serviço, eu gosto quando as pessoas pegam os livros de literatura que a gente compra se divertem com isso. Mas é a gente saber que pode ajudar eles nesses vários caminhos que a gente faz da nossa profissão seja biblioteca escolar, seja biblioteca técnica, seja biblioteca pública, seja uma biblioteca universitária, ou numa empresa de advogados. A gente trabalha com públicos diferentes e a gente consegue achar o que eles querem, na verdade é isso, às vezes até ajudar eles a descobrirem o que eles querem. Então acho que na verdade esse é o diferencial do bibliotecário, não é só ter o título de Bacharel, é quem realmente acredita nisso, na profissão de poder ajudar.

Sobre a importância na coordenação, eu acredito que seja uma pessoa que vai poder dar uma ajuda, então, para essas gurias que estão ali trabalhando nas bibliotecas escolares, pelo menos dar uma luz sobre a organização e tentar padronizar um pouquinho as coisas que estão muito fora de padrão.

Nós, aqui em Ivoti, já cumprimos a lei, porque existe uma biblioteca em todas as escolas, a única coisa é ajudar na política de aquisição e desenvolvimento de coleções, ajudar os professores das escolas a darem um valor um pouco maior para biblioteca.

A questão de número oito, busca a opinião da bibliotecária sobre a importância de um profissional da área à frente de um Sistema de Bibliotecas Escolares, MC explica que a importância do profissional está na sua qualificação na organização, para que o trabalho seja mantido mesmo com a troca destes profissionais. Ela destaca a importância das outras facetas do profissional, principalmente no tocante ao Serviço de Referência e Informação, reforçando que a profissão se trata de ajudar as pessoas a encontrarem o que buscam.

Ela retorna à questão mais específica da importância perante o Sistema, citando como fatores de relevância a capacitação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas para poder iniciar a organização propriamente dita do acervo. MC acredita

que a maior contribuição seria na construção de políticas de aquisição e desenvolvimento de coleções. Mas destaca a importância de tentar fazer com que os professores deem mais valor à biblioteca.

O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. (UNESCO, 2000)

Consoante com MC o Manifesto da Unesco mostra o profissional bibliotecário que trabalha em redes como muito mais que um catalogador, mas como um gerente desta rede e um “capacitador” para todos na biblioteca.

BIB: Questão 9) Quais as principais dificuldades em conciliar a gestão na Biblioteca Pública e o atendimento à rede de bibliotecas escolares tendo em vista as comunidades atendidas, as diferentes missões e objetivos da tipologia das bibliotecas?

MC: *Na verdade a Pública não é tão diferente da Escolar no sentido de que hoje a Escolar deixou de ser tanto a fonte de pesquisa, ela é bastante fonte de diversão também, porque hoje em dia muitas coisas se encontram preferencialmente na internet. [...] Na verdade, mudou a ferramenta, mas ainda não mudou o pensamento, eles ainda não pensam na questão de adquirir conhecimento, eles acham que é só copiar, não entender um assunto. Pois uma coisa é ter muita informação, mas o que transforma realmente é o que se faz com ela, porque informação não é conhecimento, é só ter um monte de palavra que não vai dar em nada se a pessoa não souber o que fazer com ela. Mas eu vejo que a Biblioteca Escolar ainda tem um público muito diferenciado, no sentido de que são mais crianças, o grupo docente e discente, e aqui em Ivoti ainda é só o Ensino Fundamental.*

[...]

Mas a principal dificuldade para nós é que nós passamos muito tempo cadastrando, catalogando materiais, então não dá tempo! Não só não consegue arrumar bem a biblioteca pública, mas também não consegue arrumar bibliotecas escolares.

A forma como eu consigo fazer, e que eu tento fazer, é fazer uma publicidade em cima da biblioteca pública para que as pessoas se lembrem que ela exista, porque muitas pessoas às vezes nem sabiam que ela existia, porque ela tá num lugar que não é muito visível para população. Mas a partir disso fazer essa propaganda, e então chegar, e começar a criar isso das crianças pedirem nas escolas, de tentar fazer de novo as bibliotecas ficarem um pouquinho em evidência, nesse aspecto de poder visualizar elas. Mas é bem difícil, [...] porque nós só somos 3 na biblioteca [...]. Então é bem difícil, mas a gente tenta fazer o melhor possível.

Na pergunta de número nove, a bibliotecária deveria discorrer sobre as dificuldades enfrentadas em gerenciar uma rede com tipologias de bibliotecas diferentes. De acordo com MC, atualmente, as bibliotecas escolares e públicas não diferem tanto no seu acervo, que contempla mais obras para leitura prazerosa. Ela salienta que a maior dificuldade não são tanto as diferentes tipologias, mas sim o volume de trabalho que acaba acumulando ao lidar com toda rede de escolas além da biblioteca pública. Ela ressalta que nesse molde acaba não conseguindo realizar um bom trabalho nem na Biblioteca Pública nem na Escolar, pois passa todo tempo catalogando obras e não possui tempo para realizar planejamento. Ela ainda aponta que tem tentado realizar um trabalho de marketing em cima da biblioteca pública, pois esta encontra-se em um endereço de difícil acesso, o que fez com que muitos usuários deixassem de frequentá-la.

A sobrecarga de trabalho MC se justifica pelos parâmetros de uma biblioteca escola padrão estipulados pelo CFB em sua resolução Nº 119/2010, o documento que trata de pessoal cita:

No nível básico: um bibliotecário-supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno (CFB, 2011).

De acordo com o mesmo documento, um “bibliotecário-supervisor” é definido como aquele que “supervisiona no máximo quatro bibliotecas, desde que essas bibliotecas, em conjunto, atendam até quatro mil alunos”. O que podemos observar que MC supervisiona mais que o triplo deste número, sendo 13 as bibliotecas escolares, e além e destas a biblioteca pública. É preocupante pensar no tipo de qualidade do

serviço que um profissional conseguirá realizar com tamanha carga, salientando também que no município o cargo é de apenas 30 horas semanais.

Questão 10) Como gestor, você possui metas em relação às bibliotecas escolares e à educação no município que gostaria de ver atendidas?

MC: *Na verdade, nas bibliotecas, o que eu queria hoje em dia era que não tivesse mais estagiários. Essa é minha meta número um. Essa é uma das coisas que eu vou torcer para quem foram sumir agora, no próximo mandato, toque para frente. Gostaria muito que continuasse a Secretária que está aí hoje por causa disso, porque ela tem essa certa força, o Marcelo [assessor da Secretária] também tem, diferente das administrações anteriores, valoriza um pouco mais a biblioteca. [...]*

[lembra-se e prossegue a fala] Na verdade a número 1 era que a gente conseguisse manter o sistema [Pergamum], que fosse comprado o servidor, porque esse sistema novo é fundamental para qualquer mudança. Um sistema de gerenciamento verdadeiro. E fundamentalmente seria isso, tirar as meninas estagiárias e ter pessoas fixas, porque essa coisa de estar sempre construindo, construindo, construindo, nunca consegue chegar a lugar algum. Os meus objetivos, na verdade, seriam essas duas coisas principais.

E aí é claro depois disso a gente vai querendo melhorar o acervo, incentivar a leitura, fazer a hora do conto, porque o fato das meninas serem estagiárias elas não fazem esse trabalho. Eu vejo muito nisso nas escolas que a gente não tem quem faça contação de histórias, eu vejo que isso é uma das coisas que podem incentivar a leitura, e essas gurias ainda não conseguem. Por exemplo é muito legal comprar coisas e inserir no acervo, mas se tu não sabe que aquilo não tá lá ele vai ficar lá parado na estante. Então tu tem que fazer um trabalho de marketing na escola, com os professores, com os coordenadores. Essas meninas não tem isso, então é isso, a gente conseguir manter o sistema, conseguir alterar as pessoas que ficam na biblioteca, para depois começar a fazer isso, qualificar os acervos melhorar a catalogação e classificação porque ela ainda é bem confusa. A catalogação é nosso papel, mas principalmente a classificação, pela maneira como elas se encontram nas estantes que tá bem complicado nas escolas [elas não seguem o padrão estabelecido]. A meta são

sempre melhorias, que a gente sempre tem essa meta e tem como fazer, mas são coisas que são a longo prazo, não é uma coisa de hoje para amanhã, a única coisa para nós de curto prazo é o sistema. E também acho que o principal é ter vontade de fazer, isso a gente ainda tem e rezar para todos os santos pela força política.

Eu vou te dar uma qualidade nessa gestão, que ela vê essa importância, porque as crianças gostam de leitura a feira do livro é um momento feito com prazer, as pessoas vão, é vista como uma questão de arte, uma questão de cultura. Então acho que é uma cidade que tem tudo para se desenvolver e a gente não pode deixar a peteca cair, tem que estar ali sempre, se coligar com quem é liderança naquele momento e tentar ir adquirindo. Mas a gente também tem que ver se essa liderança quer ligar com a gente porque é fundamental, se a biblioteca tem um bom serviço, ela faz, ela qualifica sempre, tanto o professor, quanto à comunidade, quantos alunos, quanto à educação, é um dos fatores que ajudam nessas provas que eles fazem tanto de avaliação. Porque sim, a gente percebe muito isso, que a gurizada que não gosta mais de ler, como está escrevendo ruim, como não sabe interpretar. Porque os adolescentes perdem o prazer da leitura, e também às vezes os próprios professores também pecam com o adolescente, não sabem mais o que ler. De repente, se ele quer ler um “youtuber”, então a gente compra um livro do “youtuber”, agora que a gente comprou os livros dos “youtubers” as crianças vem direto pegar, mas pelo menos eles se acostumam a pegar livros, assim como há muitos anos atrás e criticava muito Paulo Coelho pelo tipo de literatura que fazia, apesar de não ser um tipo de literatura que vai mudar a vida da pessoa, mas pelo menos a pessoa está lendo, e no momento que ela está lendo, ela pega aquele gosto. Vejo essa questão da leitura tanto no livro físico quanto no livro virtual, o grande problema é o valor dos livros, tanto e-book quanto o livro normal.

Nessa parte eu acho que os professores pecam um pouco. Claro, tem que ler Dom Casmurro, tem que ler o Aluísio Azevedo. Porque vai cair nessas provas, porque assim que o sistema brasileiro avalia os alunos, só que nesses outros momentos que pode intercalar com coisas que são mais interessantes para o aluno, que daí não precisa ser só dentro da turma de português. O aluno tem que ler o que ele tem vontade, porque são curiosidades que as pessoas têm, são coisas que tanto a biblioteca pública quanto escolar, dependendo do público que atende, tem que oferecer essas coisas para os

alunos e para os professores. Mas aí a gente tem muito disso de “não pode”, no Brasil a gente está no século 21, mas parece que a gente parece que a gente está vivendo a Idade das Trevas, está todo mundo no escuro de novo, porque não pode mais nada que tem a ver com sexo, arte não pode aparecer corpo, está tudo deturpado. Quando na verdade eles vêm na televisão novelas das 19 horas pessoas se agarrando e fazendo coisas muito piores, mas não pode ir numa exposição de arte.

O papel da biblioteca na verdade teria isso, da pessoa se informar, ela estar por dentro, ela conseguir fazer essa interpretação. Porque hoje em dia muitas pessoas leem, mas aquilo parece que não entra na cabeça delas, e muitas vezes isso se reflete na política, se reflete em quem a gente elege na ignorância. Uma das coisas que fez eu querer ser bibliotecária era isso, ajudar a achar informações e as pessoas encontrarem o caminho. Porque, principalmente, quando eu vou lá e falo sobre normalização dos trabalhos, bato muito na tecla de onde foi procurada a informação, onde foi lida. Hoje em dia qualquer um pode publicar o que quiser dizendo que Érico Veríssimo, que é Paulo Freire, de qualquer um. Mas é mesmo? Foi ele que disse isso? Tem que ter certeza disso. Então procurar as fontes fidedignas. Esse é o nosso papel como bibliotecários, passar a informação correta, das maneiras que a gente puder achar, para mim é uma diversão ainda.

Esta última pergunta foi realizada a todas as participantes da pesquisa, deu-se espaço para que pudessem falar de seus anseios perante as bibliotecas escolares, MC aproveitou o momento e discorreu sobre as metas e sobre a importância do profissional bibliotecário. A bibliotecária inicia sua fala colocando como primeira meta a troca das estagiárias por funcionários efetivos, retoma o exposto anteriormente, que esta gestão da SEMEC possui planos para cumprimento de tal meta. Além disso, cita a necessidade de parcerias políticas para conseguir colocar em prática suas metas. Ao relatar isso MC se recorda de um objetivo que coloca como mais importante que o anterior, manter o atual sistema que foi adquirido cerca de quatro meses atrás.

Ela explica que estas duas metas são fundamentais na formação de uma base para, a partir daí, desenvolver projetos de organização efetiva das bibliotecas escolares, desenvolvimento das coleções e mudanças nos espaços. Ao dissertar sobre os projetos de leitura, MC fala sobre a importância de manter no adolescente o gosto

pela leitura adquirido na infância, e a necessidade de quebrar preconceitos impostos pela sociedade. Também fala sobre a necessidade do bibliotecário atuar na pesquisa, mostrando ao usuário como encontrar as fontes, e como passar a informação confiável. MC encerra dizendo que ainda se diverte com os desafios do ofício de bibliotecário, colocando esperança em seu encerramento.

12 RESULTADOS DO ESTUDO

As entrevistas realizadas visavam responder, principalmente o segundo objetivo desta pesquisa, onde se procura tecer uma avaliação sobre como a rede municipal de bibliotecas Municipais atende a Lei Nº 12.244/2010. Para tanto a Lei foi pouco citada ao longo das entrevistas, para que as respostas não fossem direcionadas neste sentido.

Ao analisar as respostas das perguntas realizadas, além das informações obtidas, em portais da educação nacional e junto à SEMEC, podemos observar que as bibliotecas escolares do município possuem grande potencial, as dirigentes das escolas possuem boas intenções em relação às bibliotecas e vontade de continuar melhorando. A Secretária da Educação e Cultura tem, também, boas metas em relação às bibliotecas. O que fica subentendido é um certo desconhecimento do real potencial destes locais, principalmente pelos fatores que são revelados pela bibliotecária. Ela mostra, ao longo de toda sua entrevista, que os locais são desorganizados, e que ela, como profissional desta área não é ouvida para que esta organização efetiva ocorra. Bem como possui uma sobrecarga de trabalho que a impede de realizar projetos que possam resultar em um melhor entendimento da importância das bibliotecas por parte dos demais profissionais da educação e da comunidade.

Diante ao exposto podemos perceber que o município de Ivoti atende em parte os requisitos da Lei Nº 12.244/2010. O município possui uma biblioteca escolar por unidade de ensino, o que atende totalmente o exigido no artigo primeiro da referida lei. Porém, de acordo com os dados colhidos, cada escola trata de maneira própria seu acervo, sem documentar os procedimentos, ou respaldar nas técnicas biblioteconômicas suas tomadas de decisão em relação às bibliotecas escolares. O processo de gestão das bibliotecas não é realizado pela bibliotecária, não existem políticas de desenvolvimento do acervo, e a gestão da rede é centralizada apenas quando se fala em catalogação.

A SEMEC deveria normatizar regras para guarda, preservação, organização e funcionamento, além de formalizar uma política de desenvolvimento de coleções, realizada pela bibliotecária, que melhor se adequasse à realidade do município.

Retomando a Lei Nº 12.244/2010, observamos que ela exige dos sistemas de ensino esforços para a universalização das bibliotecas, e que a profissão do bibliotecário seja respeitada de acordo com as leis vigentes para tal. (BRASIL, 2010)

Nos dados a bibliotecária aponta que os itens em que o Município se enquadra na legislação, não são com consciência desta, pois há mais dez anos a maioria das escolas já possuíam bibliotecas, e eram atendidas por quantidade significativa de acervo. Além de ser um clamor da comunidade que hajam bibliotecas nas escolas. Portanto ainda não foram empregados esforços por parte das administrações municipais que já estiveram à frente de Ivoti para que os demais pontos da Lei sejam cumpridos, o que por si só já vai contra parte do artigo 3º desta lei. Outrossim temos nesse mesmo artigo, além do prazo máximo de dez anos para adequação que se encerra em 2020, a necessidade de respeitar as duas leis que dizem versam sobre a profissão do bibliotecário.

A partir disso podemos perceber que a prefeitura possui um cargo de Bibliotecário, que se enquadra na legislação, uma vez que exige diploma de ensino superior em Biblioteconomia. A bibliotecária do município é formada pela UFRGS, e possui registro no CRB. Entretanto o município não cumpre totalmente a legislação quando voltamos um olhar cuidadoso ao sexto artigo da Lei Nº 4.084/1962 pois, à bibliotecária, somente é permitida administração e direção da biblioteca pública. Não possuindo, esta, respaldo da Administração para ter gerenciamento sobre as bibliotecas escolares.

Ainda podemos que as atividades de planejamento de atividades nas bibliotecas é prioritariamente da bibliotecária (BRASIL, 1962), e de acordo com a entrevistada, devido ao grande volume de trabalho, não pode se dedicar a tais planejamentos. Pois busca obedecer ao inciso a obrigatoriedade do bibliotecário exercer a função de classificação e catalogação.

Desse modo podemos concluir que a adequação do Município de Ivoti à Lei Nº 12.244/2010 é parcial. A cidade possui uma biblioteca por escola, possui um título por aluno matriculado, ultrapassando de longe esta exigência, inclusive. Mas ainda não possui uma administração destas bibliotecas centralizada na SEMEC, e não possui uma política de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas escolares. Ademais o

Município possui uma bibliotecária que atende a classificação e catalogação de todas as escolas e da biblioteca pública, porém ela não possui tempo hábil para se dedicar à direção das bibliotecas escolares, função que é privativa ao bibliotecário.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação inicial, antes da aplicação das entrevistas, com pesquisas em sites do município e análise de indicadores da educação, mostrava um panorama bastante diferente do que foi descortinado nas entrevistas. A insistente negativa perante a pesquisa por parte dos dirigentes das demais escolas que não responderam às questões já demonstrava que a realidade era diferente dos números encontrados.

O que se obteve nas respostas das diretoras que colaboraram com a pesquisa foram dados ora motivadores, ora decepcionantes. Quando uma das dirigentes cita a importância da biblioteca reconhece outros papéis para a biblioteca, não apenas a leitura, mas a pesquisa a informação, o desenvolvimento da leitura como leitura de mundo, é animadora. Mas na mesma resposta temos ela dizendo que de nada adianta hoje em dia devido ao advento da internet. Ainda sob este prisma temos o depoimento da dirigente de uma das escolas de ensino fundamental, que aponta em sua fala ter duas bibliotecárias em sua escola. Tal fato foi questionado junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura, onde se obteve a informação de que se tratam de duas estagiárias de 15 e 16 anos, e que o próprio setor já informou à diretora que não deve se referir às estagiárias de nível médio como bibliotecárias e, tão pouco às de nível superior como professoras.

Por contradições e confusões como estas, fica evidente a necessidade de uma capacitação com as equipes diretivas das escolas, e talvez até, escola por escola com todo o corpo docente, para que a biblioteca moderna seja apresentada a estes educadores, para que eles possam compreender que muito mais do que auxiliar na leitura propriamente dita, a biblioteca pode auxiliar no aprendizado de maneira geral, desenvolvendo a capacidade do estudante em transformar toda a carga de informação que recebe diariamente em conhecimento.

Após toda análise do material recolhido tanto com pesquisas documentais como com as entrevistas, e toda a reflexão acerca destes resultados, pode-se responder a pergunta mote desta pesquisa: Como se realiza o processo de gerenciamento das bibliotecas escolares do município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, em relação ao cumprimento da Lei Nº 12.244/2010? O processo de gerenciamento do catálogo é

realizado pela bibliotecária, porém ela não possui influência na maneira como as bibliotecas se organizam dentro das escolas, sendo elas, neste espaço organizadas de acordo com a vontade da gestão da escola, ou mesmo dos próprios estagiários que lá trabalham. Não existe um padrão que preze pela qualidade deste local e tão pouco uma supervisão por parte da SEMEC de como se dá este trabalho. De igual maneira não existe uma mobilização com o ideal de programar como se dará o crescimento do acervo que prevê a Lei Nº 12.244/2010. Portanto o gerenciamento das bibliotecas em relação ao cumprimento da Lei inexistente. Existem esforços ainda tímidos para a melhoria das bibliotecas escolares, mas ainda é necessária muito planejamento nessa área para que os frutos possam ser colhidos mais tarde.

A SEMEC possui um grande desafio ao pensar como deverá se dar a administração das bibliotecas escolares em conjunto com a biblioteca pública. Como sugestão de melhoria esta pesquisa indica a modificação da estrutura organizacional da Secretaria (conforme ilustrado no apêndice D), excluindo o Setor de Biblioteca de sua subordinação ao Departamento de Cultura, e passando a criação do Departamento de Bibliotecas, onde se insere o Setor de Biblioteca Pública, com a função de coordenar os trabalhos frente a Biblioteca Pública Municipal, e o Setor de Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares, onde será coordenado o Sistema que atenderá a todas as bibliotecas presentes nas escolas do Município.

Para integrar este Sistema é sugerida a criação de, pelo menos, mais um cargo de bibliotecário para o quadro funcional (apêndice E). Salientando aqui, que de acordo com resolução do CFB, seriam necessários no mínimo três profissionais no município, entretanto, é necessário levar em conta a crise econômica que a nação atravessa e que solicita austeridade inclusive dos municípios, por este motivo, a sugestão é de inicialmente ampliar em apenas uma vaga o quadro e, posteriormente, de acordo com a melhora da situação econômica, reavaliar a criação de mais cargos.

Além deste, a criação de oito cargos de técnico em biblioteconomia, seis deles para atendimento em período integral nas maiores escolas do município, um para atendimento na promoção de projetos de leitura e organização das bibliotecas escolares das três escolas de educação infantil, pois todo uso da biblioteca é assistido pelos professores, mais um profissional para a promoção de projetos de leitura e

organização das bibliotecas escolares das três escolas rurais, pois estas possuem aulas em períodos intercalados e baixo número de alunos. Os técnicos atuam sob a supervisão do bibliotecário destacado para o atendimento das escolas, e integrando a política de pessoal do Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares (apêndice E).

Na criação de um Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares com a divisão entre bibliotecas escolares e biblioteca pública, ambos os profissionais bibliotecários poderiam se dedicar à captação de recursos via editais de promoção da educação e cultura, ponto onde hoje, o município deixa de adquirir recursos por não possuir pessoal com tempo disponível para participar de tais concorrências. Ademais um sistema regulamentado por lei deverá contar com dotação orçamentária própria, podendo realizar as melhorias nos espaços e nas coleções das bibliotecas. A montagem de uma política de desenvolvimento de coleções é, também, essencial para poder vislumbrar os próximos passos a serem tomados com relação aos acervos, sendo essencial a colaboração de pedagogos para essa construção da nova organização das bibliotecas dentro das escolas, cada uma com suas peculiaridades, entretanto regidas por um sistema norteador.

Um sistema estruturado, e com uma gestão voltada para qualidade dos serviços prestados certamente contribuirá para levar a cidade de Ivoti a patamares ainda mais elevados no que tange a educação. Ao mesmo tempo, com profissionais dedicados exclusivamente às bibliotecas, as equipes diretivas das escolas e os professores poderão se dedicar integralmente a seus objetivos pedagógicos, e com o trabalho conjunto entre corpo docente e sistema de bibliotecas o aprendizado se dará de maneira mais leve e fluida, beneficiando toda a sociedade de Ivoti.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, Mediação e Apropriação da Informação. In: SANTOS, Jussara Pereira. (Org.). **A Leitura como Prática Pedagógica na Formação do Profissional da Informação**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. p. 32-45.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4084-30-junho-1962-353848-norma-pl.html>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 maio. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 maio. 2017.

_____. **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9674.htm>. Acesso em: 28 maio. 2017.

_____. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 28 maio 2017

_____. Senado Federal. **Emenda nº 1-CE do Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2012**. Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, e a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer parâmetros e condições para a abertura e o funcionamento de bibliotecas escolares e universitárias. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7285688&disposition=inline>>. Acesso em: 28 novembro 2017

CASTRO, Flávia Lages de. **Pesquisa para Iniciantes**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Projeto mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público**. Brasília: Sistema CFB/CRB, 2008.

COSTA, Marco Antônio Ferreira da; COSTA, Maria de Fátima Barroso da. **Metodologias da Pesquisa**: conceitos e técnicas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca Escolar Hoje** : recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

FRANCO, S. R. K. **Educação Através da Pesquisa**. Disponível em: <http://www.pgie.ufrgs.br/alunos_esp/esp/esp/esp/franco/public_html/textos/educacaopesqui sa.htm > Acesso em: 20 out. 2003.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IVOTI. **Lei nº 2.260, de 10 de outubro de 2006**. Institui o plano diretor municipal e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento no município de Ivoti. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:0:1:DOWNLOAD:NO::P_CD_LEG:301330 >. Acesso em: 28 set. 2017.

_____. **Lei nº 2.200, de 28 de dezembro de 2005**. Reorganiza a estrutura administrativa do município de Ivoti. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:0:1:DOWNLOAD:NO::P_CD_LEG:301311>. Acesso em: 28 set. 2017.

KREUTZ, Roque Amadeu (Org.). **Bom Jardim-Ivoti no palco da história**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Neusa Dias de. Leitura e Sintonia entre Bibliotecário e Professor, eis as questões! In: SANTOS, Jussara Pereira. (Org.). **A Leitura como Prática Pedagógica na Formação do Profissional da Informação**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. p. 47-64

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva et al. (Org.). **Biblioteca Escolar**: presente! Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 13-70.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. A Pesquisa Escolar Propiciando a Integração dos Atores – alunos, educadores e bibliotecários – irradiando o benefício coletivo e a cidadania em um ambiente de aprendizagem mediado por computador. **Novas Tecnologias na Educação**. v.2, n.1, 2004.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. A Leitura como Prática Pedagógica na Formação do Profissional da Informação. In: SANTOS, Jussara Pereira. (Org.). **A Leitura como Prática Pedagógica na Formação do Profissional da Informação**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. p. 17-32.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares/FEBAB, 1985.

PADRÃO de qualidade de bibliotecas é aprovado pela Comissão de Educação e retorna à Câmara. **Senado Notícias**, 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/21/padrao-de-qualidade-de-bibliotecas-e-aprovado-pela-comissao-de-educacao-e-retorna-a-camara>>. Acesso em: 21 nov. 2017

PORTAL QEDU. **Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

_____. **Ivoti**. 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/5351-ivoti/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. Acesso em: 2 jun. 2017

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862017000200151&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2017.

SERAFINI, Loiva Teresinha; ZANOTTO, Sônia Regina. Sistema estadual de educação: bibliotecas presentes e ausentes nas escolas do Rio Grande do Sul. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva et al. (Org.). **Biblioteca Escolar**: presente! Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 71-85.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. O papel da biblioteca escolar na formação do leitor. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15., 2005, Campinas. **Anais...** . Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/FilhoSeverinoFariasdeSantana.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. 6ª. ed. São Paulo: Thesaurus Editora, 2009.

UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 2000. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de Coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>>. Acesso em: 25 maio 2017.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à Teoria Geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

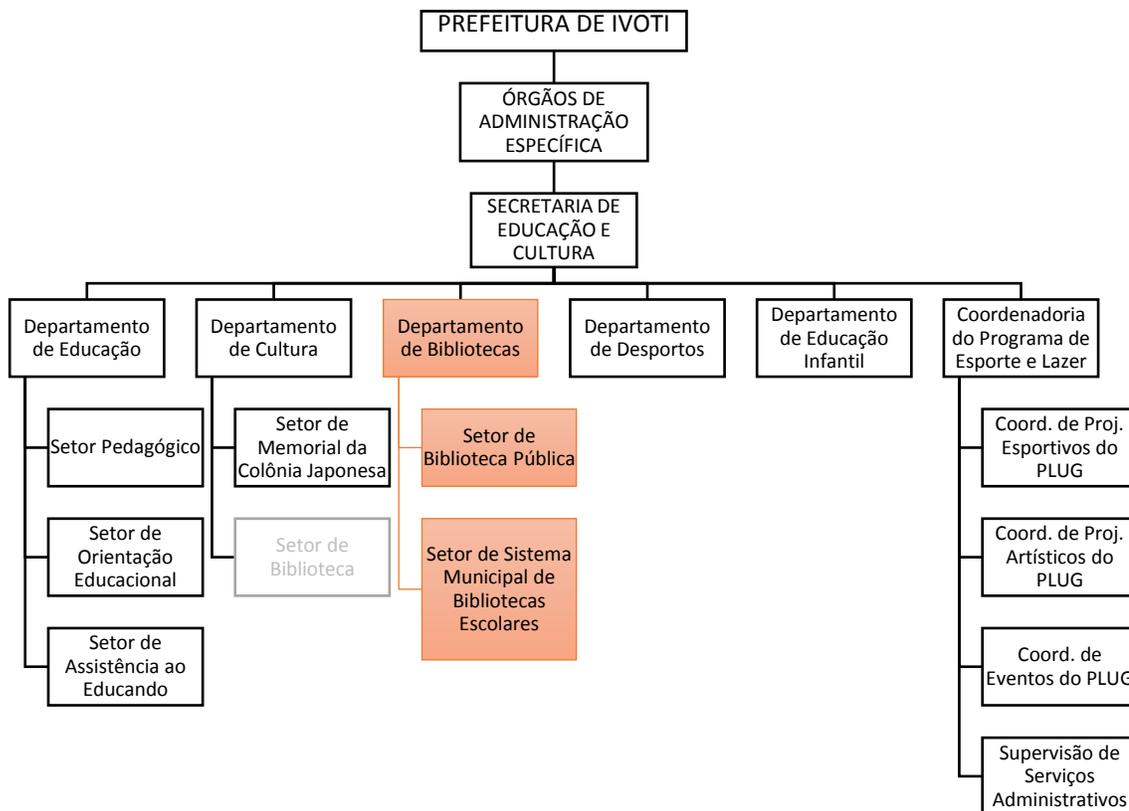
1. Você já havia ouvido a respeito da Lei nº 12.244/2010?
2. Como a Secretaria da Educação percebe a contribuição das Bibliotecas escolares para os bons índices de desempenho do município em indicadores de educação?
3. Como a Biblioteca escolar pode ajudar a desenvolver ainda mais o potencial das escolas da rede municipal?
4. Existem planejamentos sobre melhorias na Rede de Bibliotecas do município?
5. Você acha que seria importante consolidar diretrizes sobre a atual Rede de Bibliotecas do Município através de um Sistema de Bibliotecas implementado por lei própria para que os avanços não se percam com o passar das administrações?
6. Como gestor, você possui metas em relação às Bibliotecas Escolares e à educação no município que gostaria de ver atendidas?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM AS DIREÇÕES DE ESCOLAS MUNICIPAIS

1. Você já havia ouvido a respeito da Lei nº 12.244/2010?
2. Como a Escola percebe a contribuição da Biblioteca escolar para os bons índices de desempenho em indicadores de educação?
3. Como a Biblioteca escolar pode ajudar a desenvolver ainda mais o potencial da Escola?
4. Você considera importante o planejamento e execução de projetos de leitura e pesquisa pela Biblioteca Escolar?
5. Atualmente, quais seriam os pontos fortes e fracos da Biblioteca Escolar inserida nesta escola?
6. Você acredita que as bibliotecas deveriam ser geridas em Sistema, com dotação orçamentária para renovação do acervo e política de pessoal para atendimento nas escolas?
7. Como gestor, você possui metas em relação à Biblioteca Escolar e à qualidade da educação que gostaria de ver atendidas?

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A BIBLIOTECÁRIA

1. Como a Escola percebe a contribuição da Biblioteca escolar para os bons índices de desempenho em indicadores de educação?
2. Como as Bibliotecas escolares pode ajudar a desenvolver ainda mais o potencial da Educação no Município?
3. Você considera importante o planejamento e execução de projetos de leitura e pesquisa pela Biblioteca Escolar?
4. Atualmente, quais seriam os pontos fortes e fracos da Biblioteca Escolar inserida nesta escola?
5. Como se realiza o processo de gerenciamento das bibliotecas escolares do município de Ivoti?
6. Você acha que seria importante consolidar diretrizes sobre a atual Rede de Bibliotecas do Município através de um Sistema de Bibliotecas implementado por lei própria para que os avanços não se percam com o passar das administrações?
7. Qual a importância de um bibliotecário na coordenação de um Sistema de Bibliotecas Escolares?
8. Quais as principais dificuldades em conciliar a gestão na BP e o atendimento à rede de bibliotecas escolares tendo em vista as comunidades atendidas, as diferentes missões e objetivos da tipologia das bibliotecas?
9. Como gestor, você possui metas em relação às Bibliotecas Escolares e à educação no município que gostaria de ver atendidas?

APÊNDICE D – SUGESTÃO DE ALTERAÇÕES NO ORGANOGRAMA DA SEMEC

**APÊNDICE E – SUGESTÃO DE ORGANOGRAMA DE PESSOAL PARA O
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS**

